

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAÍS RAMOS DE CARVALHO

**Um instrumento psicométrico de coparentalidade: escolha, adaptação
transcultural e evidências iniciais de validade interna**

São Carlos
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAÍS RAMOS DE CARVALHO

**Um instrumento psicométrico de coparentalidade: escolha, adaptação
transcultural e evidências iniciais de validade interna**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Joan Barham

São Carlos

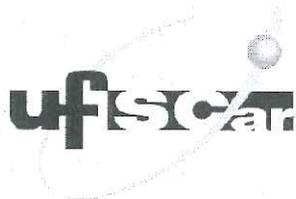
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331i Carvalho, Thaís Ramos de
Um instrumento psicométrico de coparentalidade :
escolha, adaptação transcultural e evidências
iniciais de validade interna / Thaís Ramos de
Carvalho. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
96 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Coparentalidade. 2. Instrumento. 3.
Psicometria. 4. Adaptação transcultural. 5. Validade.
I. Título.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Thaís Ramos de Carvalho

São Carlos, 04/03/2016

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Joan Barham (Orientadora e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Crepaldi
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Prof.^a Dr.^a Zilda Aparecida Pereira Del Prette
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 14h no dia 04/03/2016.

Comissão Julgadora:

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Joan Barham

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Crepaldi

Prof.^a Dr.^a Zilda Aparecida Pereira Del Prette

Homologada pela CPG-PPGpsi na

_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Camila Domeniconi
Coordenadora do PPGpsi



Esta pesquisa teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo n° 2014/00186-0)

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para a sua realização e a todos os profissionais com interesse em estudar o desenvolvimento humano

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido fazer as escolhas que me levaram a trilhar esse caminho.

Aos meus pais, Marzy e Agnaldo, por todo o apoio e amor incondicional, por sempre prezarem pela minha educação e por serem um porto seguro para o qual eu sei que posso recorrer em qualquer dificuldade.

À minha irmã Juliana, por acreditar na minha capacidade e por estar sempre disposta a me apoiar, ouvir e aconselhar e a todos os meus familiares pelo carinho e apoio.

À minha querida orientadora Elizabeth Barham (Lisa), por ter despertado em mim o interesse pela área acadêmica e por ter alimentado esse interesse ao longo desses anos. Seu apoio foi fundamental durante todo esse processo e conviver com você contribuiu muito para o meu crescimento profissional e, também, pessoal. Obrigada por ter sido um exemplo de ética, afetividade e competência.

À minha amiga Ligia, por ter realizado essa caminhada junto comigo, compartilhando as alegrias e angústias dessa fase das nossas vidas, por ser uma fonte de apoio, de amizade e por toda a ajuda nas coletas.

Aos alunos da graduação em psicologia pela ajuda na coleta de dados, especialmente à Raphaela e à Letícia, e às minhas amigas Natália e Gabriela, por terem abdicado de muitos de seus momentos de descanso e até de finais de semana para me ajudar. Sempre me lembrarei de como vocês foram importantes para esse processo.

À Heloísa Ferreira, por ter sido tão atenciosa todas as vezes que a procurei pedindo ajuda, por tirar as minhas dúvidas e pelas revisões que fez no meu texto, com sugestões que contribuíram muito para a qualidade do trabalho.

Às minhas amigas de São Carlos e de Pirassununga, por toda a compreensão, pelo apoio nos momentos de preocupação, pelos conselhos e pelos momentos de descanso que aproveitamos juntas.

A todas as profissionais que prontamente aceitaram participar do processo de adaptação transcultural que fez parte deste estudo.

Às diretoras e coordenadoras das escolas, que permitiram o contato com os casais.

Aos casais participantes, por dedicarem parte do seu precioso tempo para responderem à entrevista e por, em muitos casos, me receberem em suas casas.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Dr^a. Zilda Aparecida Pereira Del Prette, Dr^a. Maria Aparecida Crepaldi, Dr. Marcos Hortes N. Chagas, Dr. Mauro Luis Vieira, por terem aceitado prontamente o convite, por dedicarem seu tempo para ler este trabalho e por se disponibilizarem a compartilhar suas reflexões.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar por todos os conhecimentos transmitidos e à Marinéia, por ser tão paciente todas as vezes que a procurei e por sempre fazer o possível para tirar todas as minhas dúvidas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro recebido.

SUMÁRIO

Resumo.....	xii
Abstract.....	xiii
Apresentação.....	xiv
Introdução.....	1
O conceito de coparentalidade.....	2
Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade.....	3
Modelo de Van Egeren e Hawkins.....	6
Modelo de Margolin, Gordis e John.....	8
A importância da coparentalidade.....	10
Investigações sobre coparentalidade no Brasil.....	12
Instrumentos para avaliar a coparentalidade.....	13
Objetivos.....	14
Estudo 1 – Realização de uma revisão da literatura para escolher um instrumento de coparentalidade.....	15
Método.....	15
Critérios de exclusão.....	15
Procedimento de análise.....	17
Resultados e Discussão.....	18
Versões aprimoradas dos instrumentos.....	20
Instrumentos para uso com mães e pais de crianças pequenas.....	20
Características dos instrumentos.....	20
Informações psicométricas.....	22
Precisão.....	23
Consistência interna.....	23
Validade.....	23
Evidências baseadas na análise do conteúdo ou domínio...	23
Evidências baseadas na estrutura interna.....	23
Estrutura fatorial.....	23
Evidências baseadas nas relações com variáveis externas.	24
Validade convergente.....	24
Validade discriminante.....	25
Testes avaliando construtos relacionados.....	25
Validade de critério.....	27

Estudos experimentais ou quase experimentais.....	27
Evidências baseadas no processo de resposta.....	28
Conclusões.....	29
Estudo 2 – Adaptação transcultural do <i>Coparenting Relationship Scale</i>.....	31
Método.....	36
Etapa 1a - Avaliação da equivalência semântica.....	38
Traduções.....	38
Consenso das traduções.....	38
Retro traduções.....	38
Análise das retro traduções.....	38
Etapas 1b, 2, 3 e 4 - Avaliação das equivalências semântica, conceitual, cultural e idiomática.....	39
Participantes.....	39
Local.....	39
Procedimento.....	39
Etapa 5 - Avaliação da equivalência operacional.....	40
Participantes.....	40
Local.....	40
Procedimento.....	40
Etapa 6 - Avaliação da equivalência de mensuração.....	40
Participantes.....	41
Instrumentos.....	42
Local.....	42
Cuidados éticos.....	43
Procedimento de coleta de dados.....	43
Análise dos dados.....	44
Resultados e Discussão.....	45
Etapa 1a - Avaliação da equivalência semântica.....	45
Etapas 1b, 2, 3 e 4 - Avaliação das equivalências semântica, conceitual, cultural e idiomática.....	46
Etapa 5 - Avaliação da equivalência operacional.....	48
Etapa 6 - Avaliação da equivalência de mensuração.....	50
<i>Alpha de Cronbach</i>	50
Compreensão dos itens.....	51

Comportamentos que influenciam a coparentalidade.....	52
Coparentalidade dos casais brasileiros.....	57
Comparação entre os escores médios obtidos em cada subescala, divididos por gênero (mães e pais).....	60
Comparação de padrões de coparentalidade em culturas diferentes.....	61
Conclusões.....	67
Considerações Finais.....	69
Referências.....	70
Anexo A – Dados psicométricos para os instrumentos de coparentalidade que atingiram aos critérios de seleção.....	78
Anexo B – Formulário para a adaptação do <i>Coparenting Relationship Scale</i>	83
Anexo C – Questionário de dados sociodemográficos.....	87
Anexo D – Critério de Classificação Econômica Brasil.....	88
Anexo E – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.....	89
Anexo F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	91
Anexo G – Folheto com informações da literatura sobre a coparentalidade.....	95

Lista de Tabelas

Tabela 1. Resultado das Buscas nas Bases de Dados, 2015 (em português, inglês e espanhol).....	15
Tabela 2. Referências dos Artigos nos Quais os Instrumentos de Coparentalidade foram Utilizados.....	19
Tabela 3. Dados de Identificação de Cinco Instrumentos de Coparentalidade.....	21
Tabela 4. Resumo das Evidências de Precisão e Validade para os Instrumentos de Coparentalidade.....	22
Tabela 5. Descrição do Processo de Adaptação Transcultural do <i>Coparenting Relationship Scale</i>	37
Tabela 6. Modificações Realizadas nos Itens da Primeira Versão Brasileira do Instrumento.....	46
Tabela 7. Modificações Realizadas nos Itens da Terceira Versão Brasileira do Instrumento, para Obter Equivalência Operacional.....	49
Tabela 8. Escala da Relação Coparental: Número de Itens e Valor do Coeficiente <i>Alpha de Cronbach</i> para Cada Subescala.....	50
Tabela 9. Impactos Previstos e Percebidos dos Comportamentos Descritos nos Itens.....	54
Tabela 10. Valores Mínimo, Máximo, Média e Desvio Padrão Para Cada Subescala.....	57
Tabela 11. Escores nas Subescalas da ERC para as Amostras Brasileira e Americana.....	62
Tabela 12. Diferenças entre as Médias nas Subescalas da ERC para as Amostras Brasileira e Americana.....	63
Tabela 13. Escores nas Subescalas da ERC para as Amostras do Sudeste e do Sul do Brasil.....	65
Tabela 14. Diferenças entre as Médias nas Subescalas da ERC para as Amostras do Sudeste e do Sul do Brasil.....	66

Lista de Figuras

<i>Figura 1.</i> Os quatro componentes da coparentalidade (adaptado de Feinberg, 2003).....	4
<i>Figura 2.</i> Resultado da busca e do processo de exclusão e inclusão de publicações.....	16
<i>Figura 3.</i> Médias das respostas das 25 mães e dos 25 pais.....	60

Carvalho, T. R. (2016). *Um Instrumento Psicométrico de Coparentalidade: Escolha, Adaptação Transcultural e Evidências Iniciais de Validade Interna*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 96pp.

Resumo

A coparentalidade envolve as interações que ocorrem entre a mãe e o pai de uma criança, que é da responsabilidade de ambos. Contudo, com base em uma análise de publicações nacionais, não foram encontrados estudos de validação de instrumentos de coparentalidade, para uso no Brasil. Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivos: (a) comparar instrumentos de coparentalidade descritos na literatura internacional para selecionar aquele com a melhor fundamentação teórica e as melhores propriedades psicométricas para ser adaptado para uso no Brasil e (b) comparar a versão brasileira do instrumento escolhido com a versão original, para verificar suas equivalências semântica, conceitual, cultural, idiomática, operacional e de mensuração. Foram encontrados 35 artigos sobre a validação de oito instrumentos de coparentalidade, por meio de uma busca sistemática em bases de dados eletrônicas. Depois de analisar as evidências teóricas e psicométricas, o *Coparenting Relationship Scale* (CRS) foi eleito para ser adaptado para uso no Brasil. Em seguida, a versão brasileira do CRS foi aprimorada, ao longo das etapas do processo de adaptação transcultural, que deu origem à Escala da Relação Coparental (ERC). Na última etapa, cada membro de 25 casais foi entrevistado, sendo que todos tinham pelo menos um filho com idade entre 3 e 6 anos. A idade dos participantes variava entre 24 e 49 anos e os casais ganhavam, em média, R\$6420,00 ($dp = R\$4598,54$) por mês. Para cada item do instrumento, os participantes indicaram: (a) o quanto o comportamento descrito se referia à sua própria relação coparental (usando uma escala de concordância que variava de 0 a 6), (b) se eles acreditavam que os comportamentos influenciavam a qualidade das interações estabelecidas por casais na criação dos filhos e, caso positivo, se esse impacto era positivo ou negativo (avaliado usando uma escala de 1 a 10) e (c) deram exemplos de situações nas quais haviam se comportado da forma descrita. Notou-se que os valores de consistência interna para três das sete subescalas da ERC estavam dentro do intervalo esperado. Observaram-se médias altas para as subescalas que representavam dimensões positivas (4,53 a 5,35) e médias baixas para as duas subescalas negativas (0,63 e 0,78). Entre 76 - 100% dos respondentes avaliaram os itens como positivos ou negativos, em acordo com a estrutura do instrumento original, o que foi confirmado pelos exemplos dados. Assim, os resultados deste estudo indicam que a coparentalidade está sendo incorporada nos relacionamentos entre os pais, no Brasil, e que a percepção da ERC, por parte dos participantes, é convergente com a estrutura do instrumento original. No entanto, é preciso aplicar a ERC em uma segunda amostra, para verificar e tentar resolver possíveis problemas de consistência interna, e, também, realizar estudos para obter evidências de validade do instrumento baseadas nas relações com variáveis externas. Caso a ERC possa ser validada para uso no Brasil, será útil para avaliar os efeitos de programas de intervenção que visam aumentar as interações positivas entre os pais, em relação à criação de seus filhos.

Palavras chaves: coparentalidade; instrumento; psicomетria; adaptação transcultural; validade

Carvalho, T. R. (2016). *A Psychometric Instrument to Measure Coparenting: Selection, Transcultural Adaptation and Initial Evidence of Internal Validity*. Master's thesis, Graduate Program in Psychology, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 96pp.

Abstract

Coparenting involves interactions between the mother and father of a child for whom they are jointly responsible. However, when a review of the Brazilian literature was conducted, no studies on the validation of coparenting instruments, for use in Brazil, were found. Thus, the objectives of this study were: (a) compare coparenting instruments described in the international literature, and select the one with the strongest theoretical foundations and the most robust psychometric properties, to adapt for use in Brazil; and (b) compare the Brazilian version of the selected instrument with the original version, to verify their semantic, conceptual, cultural, idiomatic, operational and measurement equivalence. Using a systematic search in electronic databases, 35 articles about the validation of eight coparenting instruments were found. After analyzing the theoretical and psychometric evidence, the Coparenting Relationship Scale (CRS) was chosen, to adapt for use in Brazil. Next, an initial translation of the CRS was revised, using the transcultural adaptation process, leading to the preparation of the *Escala da Relação Coparental* (ERC). In the final step of this process, individual interviews were conducted with each member of 25 couples, who all had at least one child between 3 and 6 years of age. The participants ranged in age between 24 and 49 years, and the couples earned an average of BRL 6,420.00 ($sd =$ BRL 4,598.54), a month. For each item of the instrument, the participants: (a) indicated the extent to which the behavior being described represented their own coparenting relationship (using a scale of agreement, ranging from 0 to 6); (b) indicated if they believed that these behaviors influenced the quality of the interactions established by couples raising children, and, if so, how positive or negative this impact would be (evaluated using a scale from 1 to 10); and (c) gave examples of situations in which they had behaved in the described way. The levels of internal consistency for the ERC were within the expected range for three of the seven subscales. Average subscale scores were high on the positive dimensions (4.53 to 5.35) and low on the two negative subscales (0.63 and 0.78). Between 76 – 100% of the respondents rated each behavior as positive or negative, in accordance with the structure of the original instrument, and their examples confirmed this. Thus, the results of this study indicate that coparenting is being incorporated into parenting relationships, in Brazil, and that the participants' perceptions of the ERC are convergent with the structure of the original version. However, the ERC must be tested with a second sample, to verify and resolve possible internal consistency problems, in addition to conducting studies to obtain evidence of the validity of this instrument, based on relationships with external variables. If the ERC can be validated for use in Brazil, it will be useful for evaluating intervention programs that aim to increase parents' positive interactions, with respect to raising their children.

Key words: coparenting; instrument; psychometrics; transcultural adaptation; validity

Apresentação

Meu interesse em estudar o desenvolvimento adulto, especificamente em casais com filhos pequenos, teve início durante a elaboração da minha monografia, na graduação, e, conforme comecei a fazer leituras sobre o tema e a conversar com a minha orientadora, Lisa, esse interesse só aumentou. Minha vontade inicial era a de realizar uma intervenção para ajudar casais com dificuldades em organizar e negociar os cuidados em relação aos filhos, mas, ao adentrar na área de pesquisa, aprendi sobre a importância da realização de etapas anteriores, como, por exemplo, a necessidade da verificação da existência de instrumentos validados para a avaliação da eficácia de intervenções.

No final da elaboração da minha monografia, conheci o conceito de coparentalidade e percebi que ele se referia exatamente ao construto que eu gostaria de estudar. Diante disso, comecei a ler a literatura existente sobre a coparentalidade e me deparei com uma falta de instrumentos brasileiros para avaliar esse construto. Optei, então, por realizar minha pesquisa de mestrado com o objetivo de fazer um levantamento dos instrumentos internacionais de coparentalidade existentes, comparar as características desses instrumentos e adaptar um deles para uso no Brasil. Ao longo do contato que fui tendo com os casais que participaram da presente pesquisa, foi sendo reforçada a minha crença sobre a importância de se estudar essas interações e dos impactos dessas interações em outros âmbitos da vida dos pais e, também, de seus filhos.

No decorrer das últimas décadas, ocorreram profundas mudanças no papel social de homens e mulheres. Na geração anterior, a maior parte dos homens trabalhava fora de casa, sendo os provedores únicos para a família, enquanto as mulheres casadas, via de regra, cuidavam do marido, da casa e dos filhos. Na sua revisão da literatura, Vanalli (2012) apontou que a permanência das mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho culminou em uma pressão social sobre os homens para dividir o trabalho familiar, criando a necessidade de uma redefinição nos padrões de hierarquia familiar.

Cooper e Lewis (2000) fazem uma ressalva de que o trabalho remunerado, ainda que signifique uma libertação para as mulheres, na medida em que permite sua afirmação pessoal, caso não seja acompanhado por modificações sociais complementares, pode gerar um acúmulo de responsabilidades, resultando em uma sobrecarga física e emocional, visto que as mulheres passam a cumprir tanto as tarefas de casa e de cuidados com os filhos quanto as atividades profissionais, o que pode levá-las a não ter tempo para si mesmas. Essa nova configuração familiar, na qual o trabalho remunerado das mulheres passou a ser mais valorizado e a exigir uma dedicação significativa, demandou uma maior similaridade na divisão de tarefas e responsabilidades (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005), visto que os pais foram incentivados a aumentar seu envolvimento nos cuidados com os filhos (Cia, 2009).

Embora seja verdade que os papéis profissionais e familiares ligados ao gênero mudaram significativamente ao longo das últimas décadas, ainda existem diferenças importantes nos envolvimento de homens e mulheres, especialmente no contexto familiar (Vanalli, 2012). Por exemplo, com base em autorrelatos de cada membro de 50 casais sobre quanto tempo dedicavam ao trabalho profissional, tarefas domésticas e cuidados com os filhos, Vanalli observou que as mulheres relataram passar 14 horas a

mais, por semana, em trabalho familiar, em comparação com os homens. Assim, diferenças nas práticas culturais que afetam o envolvimento de homens e mulheres na criação de seus filhos precisam ser negociadas dia após dia, de forma que cada casal se adapte e execute as atividades mais importantes na criação e educação de seus filhos. Nesse contexto, surge um modelo adicional de interação entre os pais e as mães para atender as necessidades dos filhos, que passou a ser conhecido na literatura científica como coparentalidade.

Para fundamentar os objetivos do presente trabalho, que visam a seleção e adaptação transcultural de um instrumento de coparentalidade no Brasil, discutir-se-á: (a) os três principais modelos de coparentalidade presentes na literatura acadêmica; (b) a relevância social de se estudar a coparentalidade, descrita em estudos que mostram impactos de interações positivas e negativas dos pais sobre o desenvolvimento infantil e a harmonia conjugal; (c) uma revisão da literatura brasileira sobre coparentalidade e (d) uma breve descrição sobre as formas de avaliação da coparentalidade.

O conceito de coparentalidade

O conceito de coparentalidade começou a ser estudado no contexto de casais divorciados e, posteriormente, também foi aplicado aos casais que permaneciam casados (Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini, & Bosa, 2005; Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010). Por ser um conceito relativamente novo na literatura (segundo a revisão realizada por Frizzo et al., em 2005, o termo teria sido utilizado pela primeira vez por Galper, em 1978), ainda não tem uma única definição ou modelo.

Maccoby, Depner e Mnookin (1990) fizeram contribuições importantes que influenciaram na definição inicial desse conceito. Segundo esses autores, a coparentalidade não se refere somente às responsabilidades compartilhadas pelos pais em relação à educação dos filhos, mas também à cooperação e ao suporte efetivo que

cada membro do casal oferece às decisões do cônjuge, incorporando essas decisões na própria relação que estabelecem com os seus filhos. Talbot e McHale (2004) também fizeram suas contribuições, indicando que a definição do conceito de coparentalidade, de forma mais ampla, possibilita que o mesmo seja aplicado a qualquer configuração familiar, independente de os pais serem casados ou divorciados e de serem homo ou heterossexuais. Nota-se a influência desses trabalhos nos três modelos que prevalecem na literatura sobre coparentalidade, descritos individualmente e depois comparados, a seguir.

Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade, proposto por Feinberg

Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade ocorre quando os indivíduos têm sobreposição ou responsabilidade compartilhada na criação de uma criança específica e consiste no apoio mútuo e coordenação (ou falta de coordenação) de esforços que os pais apresentam na educação dos filhos. O autor afirma, ainda, que a relação coparental é distinta da relação conjugal e, portanto, não inclui os aspectos românticos, sexuais, de companheirismo, financeiros ou legais do relacionamento entre os dois adultos, a não ser que estes aspectos se relacionem à criação dos filhos.

A coparentalidade também difere da parentalidade. O subsistema parental (pai-filho) é caracterizado pela relação individual que cada membro do casal estabelece com a criança. O subsistema coparental, por sua vez, é definido por uma relação dinâmica estabelecida entre os dois pais, em relação aos cuidados com os filhos (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013). No entanto, o termo coparentalidade não implica que os papéis de cada um dos membros do casal sejam ou deveriam ser iguais em autoridade ou responsabilidade. O grau de igualdade na relação coparental é determinado, em cada caso, pelas pessoas que dividem a responsabilidade, que, por sua vez, são influenciadas pelos contextos sociais e culturais mais amplos (Feinberg, 2003). Feinberg (2002)

propõe que a coparentalidade envolve quatro classes de comportamentos: (a) lidar com discordâncias quanto à criação dos filhos, (b) dividir o trabalho, (c) demonstrar suporte ou sabotar o papel parental do parceiro e (d) gerenciar o envolvimento de cada pai nas interações com a criança (Figura 1).



Figura 1. Os quatro componentes da coparentalidade (adaptado de Feinberg, 2003).

O primeiro componente da coparentalidade descrito por Feinberg (2002) representa o *grau de concordância (ou discordância) das figuras parentais* em relação a uma série de temas relacionados à criança, como os valores morais, as expectativas de comportamento e disciplina, as necessidades emocionais, os padrões educacionais, as prioridades, a segurança e as associações com pares. Esse componente tem sido considerado como uma única dimensão, com concordância e discordância formando extremidades opostas de uma escala bipolar.

Como as atitudes das mães e dos pais são baseadas, em parte, em suas próprias famílias de origem, o acordo sobre as questões educativas dos filhos é uma área de dificuldade frequente, segundo relatos dos próprios membros do casal (Feinberg, 2003). O fato de alguns casais discordarem em questões envolvendo a criança não é, por si só, problemático. Mães e pais que "concordam em discordar" geralmente conseguem

manter altos níveis de apoio coparental mútuo, mesmo nas situações em que tenham opiniões divergentes. Casais que conseguem lidar com a resolução de discordâncias de forma ativa e respeitosa, provavelmente não irão experimentar os efeitos prejudiciais desses desacordos. Por outro lado, quando essas diferenças de opinião interferem em outros componentes da coparentalidade ou da vida familiar, elas demandam uma atenção especial, visto que podem desempenhar um papel particularmente relevante, afetando a consistência das práticas disciplinares utilizadas pelos pais (Feinberg, 2002).

O segundo componente da coparentalidade, *divisão do trabalho*, é definido pela divisão de deveres, tarefas e responsabilidades diárias relacionadas à assistência da criança e aos cuidados com a casa, assim como pela divisão de responsabilidades em questões financeiras, legais e médicas, também relacionadas à criança. O principal ponto desse domínio é a satisfação de cada um dos pais com os resultados dessa divisão, considerando as expectativas e crenças de cada um em relação às contribuições do cônjuge. Além disso, o grau de flexibilidade ou rigidez que cada um dos pais emprega nessa divisão também vai influenciar o nível de satisfação das mães e dos pais (Feinberg, 2003).

O terceiro componente da coparentalidade, *suporte ou sabotagem do papel parental do parceiro*, se relaciona ao suporte que cada um dos membros do casal oferece ao outro: afirmação da competência do outro como pai/mãe, reconhecendo e respeitando suas contribuições e sustentando as decisões e a autoridade do parceiro nas questões parentais. Por outro lado, quando não há esse suporte, pode haver uma sabotagem ao papel parental do parceiro, que se configura por meio de críticas, depreciação e comentários com a finalidade de gerar culpa no outro (Feinberg, 2003).

O quarto componente, *gestão familiar conjunta*, abrange três aspectos: conflitos, coligações (quando se formam alianças com a criança, excluindo o cônjuge) e equilíbrio

(níveis equilibrados de envolvimento dos pais nas interações com os filhos), que se remetem à questão de regulação emocional familiar. Em relação aos conflitos, é responsabilidade das mães e dos pais o controle do próprio comportamento e o gerenciamento da comunicação estabelecida com o parceiro. Alguns comportamentos de um dos cônjuges em relação ao outro, mais notavelmente uma hostilidade violenta, afetam tanto as interações estabelecidas entre os pais e os filhos (parentalidade) quanto o desenvolvimento da criança. Os pais devem evitar expor a criança ao conflito, ou seja, devem evitar discutir tópicos altamente conflituosos na frente da criança, esperando um momento no qual ela não esteja presente (Feinberg, 2003).

Em relação às coligações, quando em conflito com o parceiro, as mães e os pais podem acabar usando a criança para atacar o outro, levando-a a tomar lados ou a tornar-se excessivamente envolvida no conflito, o que faz com que a criança se sinta presa no meio dos pais. É responsabilidade dos pais evitar que os níveis de tensão cheguem a um ponto em que a criança seja incluída no conflito interparental. Por fim, o equilíbrio entre os pais nas interações com a criança se refere à porção relativa de tempo em que cada pai busca interagir com o filho em situações triádicas, isto é, quando os três estão juntos (Feinberg, 2003).

Modelo de Van Egeren e Hawkins

Van Egeren e Hawkins (2004) também discutem que uma relação coparental existe quando pelo menos duas pessoas, por mútuo acordo ou normas sociais, tenham a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma determinada criança. Esses autores propuseram quatro critérios com a função de realizar uma distinção entre o subsistema coparental e os outros subsistemas familiares, sendo eles: a coparentalidade requer um filho, a coparentalidade requer um parceiro, a coparentalidade é um processo diádico e a coparentalidade é um processo bidirecional. No entanto, Van Egeren e Hawkins

definem a relação coparental de forma diferente da proposta por Feinberg (2003); ao invés de focar as habilidades envolvidas, apontam quatro estilos de relacionamento coparental: (a) coparentalidade solidária, (b) apoio coparental, (c) sabotagem coparental e (d) parentalidade partilhada.

Na *coparentalidade solidária*, os pais crescem juntos, de forma afetiva e duradoura, e formam um subsistema executivo unificado. Esse tipo de coparentalidade é evidenciado quando os membros do casal manifestam carinho e emoções positivas em relação ao parceiro em situações envolvendo interações com a criança ou sobre ela. A coparentalidade solidária também é caracterizada pelos esforços realizados por cada um dos pais visando à promoção de um espírito de equipe coparental forte na ausência do parceiro, falando sobre o cônjuge para a criança de uma forma positiva ou por meio de relatos dos pais de que eles têm os mesmos valores que seus parceiros em relação à criação dos filhos (Van Egeren & Hawkins, 2004).

O *apoio coparental* é caracterizado pelo uso de estratégias e ações com o objetivo de apoiar os esforços feitos pelo parceiro para cumprir as metas parentais e pela percepção, de cada membro do casal, desse apoio recebido. Em contextos envolvendo interações entre pai, mãe e criança (interações triádicas), o apoio coparental pode produzir uma cadeia progressiva de trocas entre os pais, envolvendo a cooperação. De forma simplificada, o apoio coparental pode ser exemplificado pela ajuda oferecida por um dos pais ao seu parceiro em situações envolvendo brincadeiras com a criança (Van Egeren & Hawkins, 2004).

A *sabotagem coparental* se refere às frustrações que podem atingir os membros do casal por não conseguirem alcançar seus objetivos parentais, devido a ações de sabotagem executadas pelos seus parceiros. Em alguns casos, essas ações são manifestas e agressivas (por exemplo, críticas ou xingamentos proferidos por um dos

pais em relação ao outro), mas as ações de sabotagem mais comuns são as sutis (por exemplo, quando um dos membros do casal interrompe brevemente o parceiro para dizer algo para a criança). Essas ações também podem ocorrer na ausência do parceiro, quando um dos membros do casal faz um comentário depreciativo sobre o cônjuge para a criança ou o exclui de alguma atividade (Van Egeren & Hawkins, 2004).

A *parentalidade partilhada* é o mais amplo tipo de coparentalidade. Ela é caracterizada pela divisão das tarefas envolvendo os cuidados em relação à criança, pelo grau de responsabilidade de cada um dos pais na definição de limites para a criança e pela forma como cada parceiro percebe a maneira como as responsabilidades estão sendo divididas (de forma justa ou injusta). No contexto das interações triádicas, a parentalidade partilhada deve ser composta tanto por um equilíbrio de envolvimento quanto pelo envolvimento mútuo. O equilíbrio de envolvimento descreve o quanto cada parceiro está envolvido com a criança, quando comparado ao cônjuge, e o envolvimento mútuo avalia o grau em que ambos os parceiros estão empenhados simultaneamente nas interações com a criança (Van Egeren & Hawkins, 2004).

Modelo de Margolin, Gordis e John

Segundo Margolin, Gordis e John (2001), é através da relação coparental que os pais negociam seus respectivos papéis, responsabilidades e contribuições para atender às necessidades de seus filhos. Essa relação é caracterizada pela intensidade com que cada pai apoia ou sabota os esforços do parceiro. Margolin et al. sugerem três dimensões da coparentalidade: (a) conflitos, (b) cooperação e (c) triangulação.

A primeira dimensão se refere à quantidade de conflito existente entre os pais envolvendo questões de parentalidade, especificamente em termos da frequência com que os pais discordam sobre a criança, da quantidade de hostilidade que há em torno de questões sobre a educação da criança, do quanto cada um dos pais prejudica a

paternidade do cônjuge e do quanto discordam sobre normas gerais e regras da casa. A segunda dimensão reflete o grau de concordância dos membros do casal com o compartilhamento das responsabilidades parentais. Essa dimensão mede o quanto as mães e os pais se apoiam, valorizam e respeitam como pais e o quanto eles facilitam o papel parental do parceiro. A terceira dimensão avalia o quanto cada pai constrói barreiras entre o parceiro e a criança, que enfraquecem ou excluem o outro progenitor. Na tentativa de se unir à criança e afastar o parceiro, os pais podem acabar pressionando-a e esse processo culmina com a inserção da criança no meio dos conflitos dos pais.

Pela análise das definições descritas nos três modelos principais (Feinberg, 2002, 2003; Margolin et al., 2001; Van Egeren & Hawkins, 2004), nota-se que todos os autores diferenciam a coparentalidade das dimensões conjugais e parentais e definem o conceito, de forma geral, como a forma segundo a qual os pais trabalham juntos nos cuidados em relação aos filhos, focando o desempenho dos seus papéis de pais. Além disso, observa-se que os três modelos descritos são compostos tanto por componentes relacionados à cooperação dos pais, um com o outro, quanto por componentes relacionados aos conflitos. No entanto, os três modelos também apresentam algumas nuances diferentes ao descrever os componentes ou tipos de coparentalidade.

Após uma análise dessas diferenças, o modelo de Feinberg foi escolhido para definir o conceito de coparentalidade, no presente trabalho, por: (a) representar a coparentalidade como envolvendo comportamentos ou habilidades, diferentemente do modelo de Van Egeren e Hawkins, que definem quatro estilos auto excludentes de relações coparentais, (b) ter baseado sua descrição da coparentalidade em trabalhos de autores anteriores, incluindo o de Margolin et al., e (c) por considerar a

interdependência entre as dimensões da coparentalidade (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

A importância da coparentalidade

Grande parte do estudo da coparentalidade se baseia na teoria estrutural dos sistemas familiares, proposta por Minuchin, em 1974. Essa proposta aponta uma associação significativa entre os padrões de funcionamento de uma pessoa e as características de suas redes relacionais (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010). Diante disso, Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo (2010) destacam que a família costuma ser a principal rede de relacionamentos dos indivíduos e, por isso, é possível compreender os níveis de ajustamento psicológico dos seus membros, especialmente os resultados desenvolvimentais das crianças, por meio da forma como seus processos e sua dinâmica são estabelecidos.

Nesse mesmo sentido, Lamela, Figueiredo e Bastos (2013) apontam que as mães e os pais influenciam a forma como os membros da família, especialmente os filhos, se desenvolvem, por serem os elementos estruturantes das relações estabelecidas entre os familiares. Esses autores afirmam, ainda, que a estrutura do processo familiar explica, em grande parte, o ajustamento psicológico dos filhos. Os efeitos da coparentalidade têm sido investigados em diversos estudos, descritos a seguir.

Tendo por base a Teoria Estrutural dos Sistemas Familiares de Minuchin, Boing (2014) realizou um estudo com o objetivo de identificar possíveis relações entre a coparentalidade, o funcionamento familiar e os estilos parentais apresentados por casais que tinham filhos com idades entre cinco e sete anos. Os resultados encontrados por essa autora indicaram que a coparentalidade se relaciona tanto com o funcionamento familiar quanto com o estilo parental adotado pelos pais na criação dos filhos. Em relação especificamente ao funcionamento familiar, foram encontrados resultados

demonstrando que a flexibilidade no funcionamento familiar se relaciona com dois componentes positivos da relação coparental (concordância coparental e aprovação da parentalidade do parceiro) e que a comunicação familiar se relaciona positivamente com a concordância coparental e negativamente com a exposição da criança ao conflito. Boing também encontrou resultados que indicaram que as experiências de cuidado recebidas pelos membros do casal na sua família de origem influenciam a relação coparental estabelecida entre eles na criação de seus próprios filhos.

Schoppe, Mangelsdorf e Frosch (2001), por sua vez, realizaram um estudo no qual examinaram como alguns aspectos das interações familiares, incluindo a qualidade da coparentalidade, se relacionavam com problemas de comportamento externalizantes apresentados por crianças em idade pré-escolar. As conclusões desse estudo indicaram que altos níveis de suporte coparental entre os pais e baixos níveis de sabotagem coparental estavam associados com um menor número de problemas de comportamento externalizantes por parte dos filhos.

A coparentalidade também afeta as cognições e os comportamentos sociais de cada membro do casal (McHale, Kuersten-Hogan & Rao, 2004). Em relação especificamente à satisfação conjugal, Morrill, Hines, Mahmood e Córdova (2010) encontraram resultados indicando que a força da aliança coparental estava positivamente correlacionada com a qualidade do relacionamento conjugal. Teubert e Pinquart (2011) encontraram resultados semelhantes: a coparentalidade positiva (alta cooperação, baixo conflito e baixa triangulação) estava associada com baixos níveis de conflito conjugal e altos níveis de carinho parental.

O período no qual as crianças são pequenas é especialmente importante, tanto para as crianças quanto para os pais. Durante esses anos, o estabelecimento de uma relação coparental construtiva e a definição de limites para os filhos ajudam a criança a

compreender as expectativas e necessidades de outras pessoas, o que a ajuda a expressar seus próprios interesses e mostrar sua independência, sem ultrapassar esses limites (McHale, Kuersten-Hogan, Lauretti, & Rasmussen, 2000). Segundo Machado (2009), quando o casal não consegue desenvolver estratégias construtivas para lidar com a divisão de tarefas, ter um filho pode se tornar um desencadeador de conflitos conjugais.

Amato (2005) estudou as habilidades de manejo de estresse de casais e apontou que as crianças que cresceram em famílias que tinham mais facilidade de enfrentar as crises dos ciclos de vida e os estressores que acompanhavam essas crises, apresentaram uma maior qualidade de vida, maior proximidade com ambos os pais e estavam sujeitas a passar por uma quantidade menor de situações estressantes. Esse conjunto de resultados demonstra que a adaptação ao novo modelo de papéis sociais é importante para uma boa convivência entre os membros do casal e de cada um dos pais com os filhos.

Com base nos resultados da literatura apresentados, é possível concluir que o estudo da coparentalidade se justifica tanto pela influência da relação entre os pais sobre o desenvolvimento dos filhos (sendo que um melhor relacionamento entre os pais gera ganhos para as crianças), quanto pelos benefícios de um melhor relacionamento coparental para o bem estar de ambos os membros do próprio casal.

Investigações sobre coparentalidade no Brasil

Pensando nos impactos da coparentalidade nos diversos âmbitos da vida familiar citados anteriormente, torna-se importante a compreensão desse construto na população brasileira, por meio de pesquisas científicas. O aparecimento de estudos sobre a coparentalidade é recente no Brasil. Foram encontrados quatro artigos (Frizzo et al., 2005; Grzybowski & Wagner, 2010; Prati & Koller, 2011; Sifuentes & Bosa, 2010) e

uma tese de doutorado (Boing, 2014) sobre essa temática e cada um aplica o conceito de coparentalidade em um contexto diferente.

Grzybowki e Wagner buscaram compreender a coparentalidade após o divórcio; Sifuentes e Bosa examinaram a coparentalidade de casais com filhos autistas; Prati e Koller abordaram de forma teórica a transição do sistema conjugal para o sistema coparental, bem como as implicações dessa transição para a psicoterapia, sob a ótica da psicologia positiva. Na revisão da literatura internacional, Frizzo et al. comentaram sobre as diferentes técnicas que estão sendo usadas para investigar a coparentalidade. Boing, por sua vez, buscou ampliar a compreensão sobre o conceito de coparentalidade, investigando as relações entre esse construto, o funcionamento familiar e os estilos parentais.

Instrumentos para avaliar a coparentalidade

Em relação à avaliação da coparentalidade, em 2005, Frizzo et al. notaram que o método mais utilizado era a entrevista, mas que não existia um roteiro padronizado. Assim, os autores apontaram uma carência no desenvolvimento de instrumentos nessa área, pois a coparentalidade estava sendo medida de formas variadas, dificultando a comparação e a integração dos resultados encontrados. Cinco anos mais tarde, Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo (2010) observaram que existiam vários instrumentos de coparentalidade em processo de validação, sendo todos eles desenvolvidos nos Estados Unidos.

Em relação especificamente ao Brasil, não há menção de instrumentos validados, nos artigos pesquisados. Boing (2014) destacou a falta de instrumentos brasileiros para avaliar a coparentalidade e reforçou a importância do desenvolvimento de estudos de adaptação e validação de instrumentos para a população brasileira, o que iria contribuir para o avanço das pesquisas científicas nesta área.

Objetivos

Diante da relevância social do estudo da coparentalidade, da importância da utilização de instrumentos com boas propriedades psicométricas para a avaliação da coparentalidade, da falta de instrumentos validados para uso no Brasil e da existência de diferentes instrumentos internacionais, os objetivos principais deste trabalho foram:

Estudo 1: Realizar uma revisão da literatura internacional sobre os instrumentos de coparentalidade, visando escolher o mais adequado para a realidade e cultura brasileiras, com boa fundamentação teórica e com evidências de precisão e validade mais robustas (tais como estrutura fatorial, consistência interna, validade convergente e discriminante).

Estudo 2: Realizar o processo de adaptação transcultural do instrumento escolhido, examinando as equivalências semântica, conceitual, cultural, idiomática, operacional e de mensuração, e:

- (a) examinar o padrão de coparentalidade dos casais da amostra;
- (b) examinar a influência de gênero sobre a coparentalidade, entre os casais da amostra;
- (c) comparar os padrões de coparentalidade de casais da amostra e casais do país de criação do instrumento.

Estudo 1: Realização de uma revisão da literatura para escolher um instrumento de coparentalidade

Método

Foi realizada uma busca bibliográfica sistemática nas bases de dados eletrônicas Bireme (SciELO, LILACS), Periódicos CAPES, PsycNET e IndexPsi Periódicos, no mês de abril de 2015, e não houve restrição quanto ao ano de publicação dos textos. Foi utilizada a palavra-chave “coparentalidade”, pareada com cada um dos seguintes descritores: “confiabilidade”, “escala”, “instrumento”, “teste” e “validade”, em português, inglês e espanhol.

O elevado número de referências encontradas (1416 – ver Tabela 1) exigiu o estabelecimento de critérios de exclusão, de forma que fossem considerados apenas os textos relevantes ao objetivo do estudo.

Tabela 1

Resultado das Buscas nas Bases de Dados, 2015 (em português, inglês e espanhol)

Descritores: <i>Coparentalidade</i> AND...	Bireme (SciELO, LILACS)	Periódicos CAPES	PsycNET	IndexPsi Periódicos	Total
Confiabilidade	3	183	13	0	199
Escala	4	325	130	0	459
Instrumento	5	115	8	0	128
Teste	11	340	47	2	400
Validade	8	205	17	0	230
Total	31	1168	215	2	1416

Critérios de exclusão

Após a leitura dos resumos das 1416 referências, foram excluídas 1323 que: (a) não envolviam a avaliação da coparentalidade, (b) não possuíam a versão completa do artigo disponível via base de dados, ou (c) estavam duplicadas. Também foram

excluídos 29 textos nos quais os autores não avaliaram o conceito de coparentalidade de maneira global, mas apenas algumas de suas dimensões; quatro publicações nas quais os autores usaram instrumentos próprios, não validados; outros quatro textos nos quais foi utilizada apenas uma subescala de algum dos instrumentos e 24 publicações nas quais os autores usaram medidas observacionais da coparentalidade.

A opção por considerar apenas escalas psicométricas foi adotada visando facilitar a realização de estudos de validação do instrumento em nível nacional, com amostras grandes e em diferentes regiões, visto que medidas de observação demandam um custo de resposta muito maior, devido à dificuldade em se observar os comportamentos enquanto eles ocorrem. Assim, após a exclusão dos textos segundo os critérios acima, restaram 32 artigos. Por meio do processo de referência cruzada, foram incluídos outros três artigos relevantes que não tinham sido encontrados durante a busca nas bases de dados, por conterem, em anexo, alguns dos instrumentos de coparentalidade e dados iniciais de validação dos mesmos, totalizando 35 artigos (Figura 2).

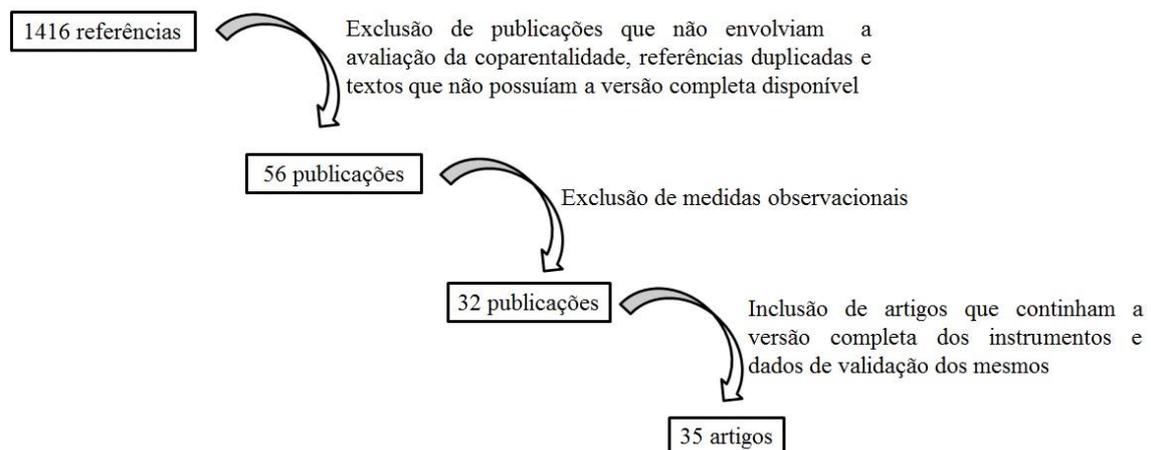


Figura 2. Resultado da busca e do processo de exclusão e inclusão de publicações.

Procedimento de análise

Para guiar a comparação entre os instrumentos, foram considerados os seguintes critérios: (a) versões mais atualizadas de cada instrumento, (b) possibilidade de ser usado com mães e pais de crianças pequenas e (c) qualidade dos dados psicométricos. Em relação ao primeiro critério, foi investigada a existência de versões aprimoradas dos instrumentos publicados por cada conjunto de pesquisadores. O segundo critério foi estabelecido considerando a importância do desenvolvimento futuro de intervenções precoces. Para o terceiro critério, foram considerados dados sobre a precisão e evidências sobre a validade dos instrumentos.

Para a avaliação das evidências de validade, foram consideradas as quatro categorias descritas por Nunes e Primi (2010): (a) evidências de validade baseadas na análise do conteúdo ou domínio, (b) evidências baseadas na estrutura interna, (c) evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas e (d) evidências baseadas no processo de resposta. Na avaliação das evidências baseadas na análise do conteúdo ou domínio, foram considerados dados sobre a adequação do conteúdo dos itens para representar os domínios mensurados e a existência de estudos com especialistas apontando uma relação entre os itens do teste e as facetas do construto, assim como a equivalência entre os itens da versão original e de versões traduzidas dos instrumentos.

Para a análise de evidências baseadas na estrutura interna, foram examinados resultados obtidos por meio de: (a) análise fatorial exploratória e (b) análise fatorial confirmatória. Na análise das evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas, foram consideradas: (a) validade convergente, definida por meio de uma correspondência entre dois instrumentos medindo o mesmo construto, no caso, a coparentalidade (evidenciada por meio de valores de correlação acima de 0,509,

segundo Nunes e Primi, 2010); (b) validade discriminante, evidenciada por valores de correlação abaixo de 0,20 (Nunes & Primi, 2010) entre instrumentos medindo construtos não relacionados, ou seja, diferentes; (c) validade de critério, em que se identifica, por meio de embasamento teórico, empírico e lógico, um evento observável que se associe ao construto principal avaliado; (d) testes avaliando construtos relacionados (por exemplo, possíveis antecedentes e consequências da qualidade da relação coparental), que se referem a instrumentos que meçam construtos que, pela teoria, estejam relacionados com o construto principal, mas que não sejam exatamente o mesmo construto (evidenciados por valores de correlação entre 0,20 e 0,50, segundo Nunes e Primi, 2010); e (e) estudos experimentais ou quase experimentais, que visam captar informações referentes à possibilidade de aumentar ou diminuir valores no instrumento de interesse, após a realização de uma intervenção.

Na análise das evidências baseadas no processo de resposta, foram consideradas informações sobre os processos mentais ligados à forma como um participante responde ao item, de forma a possibilitar a previsão de alguns aspectos da resposta. Todos os resultados reportados nos estudos selecionados foram anotados, para determinar se existiam evidências de validade para cada um dos instrumentos, de acordo com os critérios estabelecidos por Nunes e Primi (2010).

Resultados e Discussão

A análise dos 35 artigos selecionados (Tabela 2) foi realizada por duas psicólogas, por meio de reuniões, para entrar em um consenso quanto à classificação dos tipos de evidências encontradas (Anfara, Brown & Mangione, 2002), resultando na identificação de oito instrumentos internacionais para a avaliação da coparentalidade.

Tabela 2

Referências dos Artigos nos Quais os Instrumentos de Coparentalidade foram Utilizados

Instrumento	Referência do artigo
Coparenting Inventory for Parents and Adolescents	Teubert & Pinquart, 2011
Coparenting Questionnaire	Barzel & Reid, 2011a Barzel & Reid, 2011b Groenendyk & Volling, 2007 Kolak & Volling, 2007 Margolin, Gordis & John, 2001 Pedro & Ribeiro, 2015 Pedro, Ribeiro & Shelton, 2012 Song & Volling, 2015
Coparenting Relationship Scale	Feinberg, Brown & Kan, 2012 Kan & Feinberg, 2015 Kim & Teti, 2014 McDaniel & Teti, 2012 Whitesell, Teti, Crosby & Kim, 2015
Coparenting Scale*	McHale, 1997 Bogels, Hellemans, Van Deursen, Romer & van der Meulen, 2014
Coparenting Scale*	Brown, Goslin & Feinberg, 2012 Feinberg, Jones, Goslin & Kan, 2010
Parenting Alliance Inventory	Abidin & Brunner, 1995 Bonds & Gondoli, 2007 Bouchard, 2014 Burney & Leerkes, 2010 Holland & McElwain, 2013 Kwok, Cheng, Chow & Ling, 2015
Parenting Alliance Measure	Doss, Cicila, Hsueh, Morrison & Carhart, 2014 Elliston, McHale, Talbot, Parmley & Kuersten-Hogan, 2008 Konold & Abidin, 2001 Lamela, Casto & Figueiredo, 2010 Lamela, Castro & Figueiredo, 2013 Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013 Morril, Hines, Malmood & Córdova, 2010 Norlin & Broberg, 2013
Perceptions of coparenting partners questionnaire	Cook, Buckley, Schoppe-Sullivan & Davis, 2009 Schrodt & Shimkowski, 2013 Stright & Bales, 2003

Nota: *Embora tenham o mesmo nome, esses dois instrumentos foram criados por grupos de pesquisadores diferentes.

Versões aprimoradas dos instrumentos

Em relação ao critério de identificar versões aprimoradas de cada instrumento, foi possível observar um histórico de evolução de alguns deles. O *Parenting Alliance Inventory* (Abidin & Brunner, 1995) foi aprimorado e deu origem ao *Parenting Alliance Measure* (Konold & Abidin, 2001). Do mesmo modo, o *Coparenting Scale* (Brown, Goslin & Feinberg, 2012; Feinberg, Jones, Goslin & Kan, 2010), após aprimoramento, originou o *Coparenting Relationship Scale* (Feinberg, Brown & Kan, 2012). Diante disso, foram excluídas das análises as versões anteriores dos instrumentos, visto que medidas mais recentes apresentam algumas vantagens em relação às anteriores, pois foram construídas com base em conceitos teóricos sobre coparentalidade melhor elaborados (mais aprimorados).

Instrumentos para uso com mães e pais de crianças pequenas

Em relação ao segundo critério, optou-se por excluir o *Coparenting Inventory for Parents and Adolescents* (Teubert & Pinquart, 2011), por ser um instrumento para ser utilizado com mães, pais e seus filhos adolescentes. Todos os outros instrumentos (*Coparenting Scale*, McHale, 1997; *Parenting Alliance Measure*, Konold & Abidin, 2001; *Coparenting Questionnaire*, Margolin et al., 2001; *Perceptions of Coparenting Partners Questionnaire*, Stright & Bales, 2003; *Coparenting Relationship Scale*, Feinberg et al., 2012) apresentaram potencial para serem utilizados com pais de mães de crianças em idade pré-escolar.

Características dos instrumentos

Antes de verificar as informações psicométricas disponíveis sobre cada instrumento, são apresentadas, na Tabela 3, algumas características dos cinco instrumentos que atenderam aos dois critérios de seleção anteriores.

Tabela 3

Dados de Identificação de Cinco Instrumentos de Coparentalidade

Instrumento	Dados de identificação	
	Autores do instrumento/ano	Nº de itens
<i>Coparenting Scale (CS)</i>	McHale, 1997	16
<i>Parenting Alliance Measure (PAM)</i>	Abidin & Konold, 1999*	20
<i>Coparenting Questionnaire (CQ)</i>	Margolin et al., 2001	14
<i>Perceptions of Coparenting Partners Questionnaire (PCPQ)</i>	Stright & Bales, 2003	14
<i>Coparenting Relationship Scale (CRS)</i>	Feinberg et al., 2012	35

Nota: *Informação retirada de Konold & Abidin, 2001.

Ano de publicação

Pela análise do ano de publicação dos instrumentos, notou-se que o CRS é o instrumento mais atual. Além disso, esse instrumento foi elaborado com base no modelo de coparentalidade proposto por Feinberg, adotado como referência no presente estudo, e com base em itens retirados de instrumentos anteriores, o que lhe confere uma vantagem conceitual.

Número de itens nos instrumentos

Em relação ao número de itens de cada instrumento, notou-se que o CS, o PAM, o CQ e o PCPQ possuem uma quantidade parecida de itens (entre 14 e 20), enquanto o CRS apresenta um número maior de itens (35). Ter um maior número de itens pode ser um ponto positivo do instrumento, ao possuir uma maior quantidade de itens englobando cada componente da coparentalidade. Por outro lado, quanto maior o número de itens, maior o tempo que o respondente leva para completar o instrumento, caso o tempo de aplicação do instrumento seja um fator relevante.

Informações psicométricas

Em relação ao critério de comparar as propriedades psicométricas dos instrumentos, apresenta-se, na Tabela 4, um resumo das evidências de precisão e validade encontradas após uma análise minuciosa dos estudos selecionados (informações completas no Anexo A).

Tabela 4

Resumo das Evidências de Precisão e Validade para os Instrumentos de Coparentalidade

Instrumento	Precisão		Validade							
	Consistência interna	Evidências baseadas na análise do conteúdo do domínio*	Evidências baseadas na estrutura interna		Evidências baseadas nas relações com variáveis externas					Evidências baseadas no processo de resposta*
			AFE	AFC	VC	VD	Testes	VCri	EE	
CS	✓	-	✓	-	✓	-	-	-	✓	-
PAM	✓	-	✓	✓	-	-	✓	-	✓	-
CQ	✓	-	✓	✓	✓	-	✓	-	-	-
PCPQ	✓	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
CRS	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	-

Nota: AFE: análise fatorial exploratória; AFC: análise fatorial confirmatória; CI: consistência interna, VC: validade convergente, VD: validade discriminante, Testes: testes avaliando construtos relacionados, VCri: validade de critério, EE: estudos experimentais/quase experimentais, “-“ = ausência de dados

*A ausência de artigos apresentando dados sobre esses dois tipos de evidências não implica que não existam evidências desses tipos para os instrumentos, mas que acabam sendo relatadas com baixa frequência em artigos publicados, por serem tipicamente foco de trabalhos muito iniciais na construção ou adaptação de um instrumento. Esses tipos de evidências podem estar presentes nos manuais de aplicação dos instrumentos.

Precisão

Consistência interna

Em relação à consistência interna dos instrumentos, foram encontrados valores para o *alpha de Cronbach* para cada subescala, para todos os instrumentos, com valores variando entre 0,58 e 0,97. O valor de α considerado como aceitável foi maior ou igual a 0,70 (Urbina, 2007). Quando os resultados publicados foram comparados com esse valor de referência, o CS apresentou um valor abaixo de 0,70 para a subescala de repreensão (McHale, 1997), o CQ exibiu um valor ligeiramente abaixo do mínimo esperado para a subescala de cooperação (Margolin et al., 2001), o PCPQ apresentou um valor abaixo do critério mínimo para a subescala de sabotagem (Cook et al., 2009) e o CRS apresentou valores abaixo de 0,70 para as subescalas de concordância coparental e de aprovação da parentalidade do parceiro (Feinberg et al., 2012). Os demais valores estavam acima do critério de 0,70 para todos os instrumentos. Além disso, mesmo nas subescalas em que alguns valores ficaram abaixo do critério, havia, também, valores acima do critério, a depender do respondente (mães, pais ou filhos adolescentes).

Validade

Evidências baseadas na análise do conteúdo ou domínio

Não foram encontrados dados para nenhum dos instrumentos analisados.

Evidências baseadas na estrutura interna

Estrutura fatorial

Em relação às evidências de validade da estrutura interna, baseadas em análises fatoriais exploratórias, foram encontradas informações para quatro dos cinco instrumentos (não foram encontrados dados para o PCPQ). O CS apresenta uma

estrutura composta por quatro fatores: integridade da família, conflito, depreciação (falar coisas negativas sobre o parceiro para a criança, na ausência do mesmo) e repreensão (McHale, 1997). A estrutura do PAM é composta por dois fatores: respeito e comunicação/trabalho em equipe (Konold & Abidin, 2001¹). O CQ tem uma estrutura composta por três fatores: cooperação, triangulação e conflitos (Margolin et al., 2001). E, por fim, o CRS apresenta uma estrutura fatorial dividida em sete fatores: concordância coparental, proximidade coparental, suporte coparental, aprovação da parentalidade do parceiro, divisão do trabalho, sabotagem coparental e exposição ao conflito (Feinberg et al., 2012).

Quanto às evidências derivadas de uma análise fatorial confirmatória, foram encontrados dados para três instrumentos: PAM, CQ e CRS. No primeiro, a solução de dois fatores foi confirmada (Konold & Abidin, 2001); no segundo, a solução de três fatores foi confirmada (Barzel & Reid, 2011a) e, no terceiro instrumento, a estrutura também foi confirmada e, além disso, mostrou-se estável ao longo do tempo (em três momentos diferentes, sempre com a mesma amostra) (Feinberg et al., 2012). A versão portuguesa do CQ apresentou a mesma estrutura fatorial da versão original (Pedro & Ribeiro, 2015), mas a estrutura fatorial da versão portuguesa do PAM diferiu da original (Lamela, Castro & Figueiredo, 2013).

Evidências baseadas nas relações com variáveis externas

Validade convergente

Em relação à validade convergente (valor de referência $r > 0,509$), foram encontrados dados apenas para o CS e para o CQ. No que diz respeito ao CS, a subescala de conflitos apresentou valores de correlação ligeiramente abaixo do critério com a subescala de conflitos do *Family Environment Scale* (McHale, 1997). Por

¹ Os dados sobre a estrutura fatorial do PAM são relativos ao estudo de Abidin e Konold (1999).

envolver a avaliação da relação entre uma medida de conflitos na coparentalidade e outra no contexto familiar, considera-se que este resultado não atingiu o critério por envolver diferenças de contexto entre as duas medidas. A relação entre a subescala de conflitos do CS e os escores no *Quality of Coparenting Scale* atingiram o critério estabelecido para a validade convergente (McHale, 1997). Observando os resultados obtidos com o CQ, verificou-se que o mesmo apresentou validade convergente com o PAM e com o CS, com exceção de duas correlações envolvendo o CS, que eram ligeiramente abaixo do critério (Barzel & Reid, 2011a).

Validade discriminante

Foram encontrados dados relativos à validade discriminante apenas para o CRS. Esse instrumento não apresentou correlação significativa com escores de um instrumento de desejabilidade social para os homens, mas apresentou um valor acima do valor máximo de referência ($r = 0,20$) para as mulheres ($r = 0,25$) (Feinberg et al., 2012).

Testes avaliando construtos relacionados

Em relação a outros instrumentos avaliando construtos relacionados à coparentalidade, foram encontrados resultados para o PAM, CQ, PCPQ e CRS. Aplicando o critério de Nunes e Primi (2010) para este tipo de evidência ($0,20 < r < 0,50$), todos os quatro instrumentos ficariam com alguns resultados confirmando relações e alguns resultados acima desse critério, sendo que foram observadas muitas correlações entre 0,509 e 0,69. Dancey e Reidy (2013) propuseram uma classificação de correlações que considera valores entre 0,10 e 0,39 como sendo de magnitudes fracas (ou baixas), entre 0,40 e 0,69 como sendo moderadas e, a partir de 0,70, como sendo fortes (ou altas). Desta forma, pondera-se que correlações entre duas medidas entendidas como sendo indicadores de construtos diferentes e com valores de correlação

entre 0,509 e 0,69 também parecem apontar evidências de relações do construto alvo com variáveis externas, sem apresentar correlações tão altas que possam significar que as duas medidas avaliam um único construto, como no caso da validade convergente.

Com base nessas considerações, o PAM apresentou correlações dentro do intervalo de 0,28 a 0,54 com instrumentos que avaliam a qualidade da relação conjugal (Morrill et al., 2010²; Norlin & Broberg, 2013), as práticas parentais (Morrill et al., 2010), problemas de comportamento dos filhos (Lamela, Castro & Figueiredo, 2013³) e o estresse parental (Norlin & Broberg, 2013), sendo que, neste último caso, os valores de correlação estavam dentro do esperado apenas para os pais.

O CQ, por sua vez, foi correlacionado com instrumentos que avaliam a qualidade da relação conjugal (Kolak & Volling, 2007), o ajustamento conjugal (Barzel & Reid, 2011a), conflitos conjugais (Margolin et al., 2001), o estresse parental (Barzel & Reid, 2011a) e problemas de comportamento externalizantes e internalizantes dos filhos (Barzel & Reid, 2011b), sendo que, neste último caso, alguns valores de correlação relativos às mães não foram significativos. Em relação às correlações com as práticas parentais, foram encontrados resultados inconsistentes, com algumas correlações dentro dos valores mínimos e máximos de referência e outras com valores abaixo do critério (Barzel & Reid, 2011a; Pedro & Ribeiro, 2015⁴). Estas últimas evidências não apoiam a validade do instrumento, já que contrariam a relação entre a coparentalidade e as práticas parentais, prevista com base na teoria.

O PCPQ apresentou valores de correlação dentro do intervalo de 0,46 a 0,56 com um instrumento que avalia o ajustamento conjugal (Cook et al., 2009). Em relação às correlações com os instrumentos que avaliam o ajustamento da personalidade de mães e

² Usaram uma versão do PAM com 19 dos 20 itens.

³ Foi utilizada uma versão portuguesa reduzida do PAM.

⁴ Utilizaram uma versão portuguesa do CQ.

pais (Stright & Bales, 2003) e a afetividade negativa da criança (Cook et al., 2009), foram encontrados valores dentro dos critérios para as mães, mas não para os pais. Além disso, todas as correlações entre o PCPQ e o instrumento que avalia o temperamento da criança não foram significativas (Stright & Bales, 2003). Esses resultados levantam dúvidas quanto à validade do instrumento.

Por fim, o CRS exibiu correlações com instrumentos que avaliam o amor do casal, a eficácia do casal (grau de controle percebido em termos de gestão de conflitos no relacionamento com o parceiro), a qualidade do casamento, o sexo e romance do casal, os conflitos do casal, a argumentação ineficaz, a propensão ao divórcio (Feinberg et al., 2012), sintomas depressivos de mães (Kim & Teti, 2014; McDaniel & Teti, 2012) e pais (McDaniel & Teti, 2012) e a afetividade negativa da criança (Kim & Teti, 2014). É importante destacar que algumas correlações ultrapassaram o valor de 0,69. Em relação à regulação da criança (que envolve as habilidades de focar a atenção e de inibir comportamentos), foi encontrada correlação com uma relação coparental positiva, mas não com uma relação coparental negativa (Kim & Teti, 2014).

Validade de critério

Não foram encontrados dados para nenhum dos instrumentos analisados.

Estudos experimentais ou quase experimentais

Todos os estudos experimentais envolviam a avaliação dos efeitos de programas de intervenção (que sempre incluíam um componente que se referia à relação coparental) sobre escores de coparentalidade. Foram encontrados dados para o CS, PAM e CRS. Em relação à sensibilidade do CS para detectar mudanças na coparentalidade de mães e pais que participaram de um programa de intervenção para melhorar sua relação coparental, notou-se um aumento no escore de integridade

familiar, uma diminuição no escore de depreciação e uma diminuição no escore de conflitos na frente da criança (Bogels et al., 2014⁵). Em relação ao PAM, uma intervenção realizada com casais divorciados gerou um aumento nos escores gerais de coparentalidade (Lamela, Castro & Figueiredo, 2010⁶). Por fim, em um estudo realizado usando o CRS, uma intervenção focada em melhorar a relação coparental teve como consequência uma diminuição no escore de conflitos entre o casal e no escore de propensão ao divórcio (Feinberg et al., 2012).

Evidências baseadas no processo de resposta

Não foram encontrados dados para nenhum dos instrumentos analisados.

Depois de analisar as informações extraídas dos artigos sobre os oito instrumentos de coparentalidade, concluiu-se que tanto o *Coparenting Relationship Scale* quanto o *Parenting Alliance Measure* são versões atualizadas e aprimoradas de instrumentos anteriores, possuem itens que podem ser usados com pais e mães de crianças pequenas e apresentam uma maior quantidade de evidências de validade baseadas na estrutura interna e nas relações com variáveis externas, que atendem ou superam níveis mínimos de qualidade. No entanto, diferentemente do PAM, o CRS foi elaborado com base no modelo de coparentalidade proposto por Feinberg, adotado como referência nesse estudo, e, por esse motivo, foi o instrumento escolhido para passar por um processo de adaptação transcultural para uso no Brasil.

Após a escolha do instrumento, foi feito contato por e-mail com um dos autores do instrumento original (Mark Feinberg), assim como com um dos autores da versão portuguesa do instrumento (Diogo Lamela), a fim de solicitar autorização para a realização da adaptação do *Coparenting Relationship Scale* para a população brasileira. Os dois autores concederam a autorização de imediato.

⁵ Usaram uma versão holandesa do CS.

⁶ Foi utilizada uma versão portuguesa do PAM.

Conclusões

Com base na revisão de literatura realizada, notou-se que os estudos brasileiros sobre coparentalidade publicados nas bases de dados pesquisadas ainda são escassos e que não existem instrumentos brasileiros para medir esse construto. Foram encontrados oito instrumentos de coparentalidade na literatura internacional e o *Coparenting Relationship Scale* foi o instrumento recomendado para ser submetido a um processo de adaptação transcultural e validação para uso no Brasil.

Espera-se que, além de contribuir para a seleção de um instrumento de coparentalidade para adaptar e validar para uso no Brasil, os procedimentos e critérios descritos neste estudo possam servir como um exemplo para se pensar sobre questões importantes para a escolha de um instrumento, quando existirem diversas opções para medir o mesmo construto. Além disso, em trabalhos futuros na área de psicometria, sugere-se que seria importante verificar a necessidade de se ajustar o parâmetro superior ($r = 0,50$), estipulado por Nunes e Primi (2010), para evidências a respeito de testes avaliando construtos relacionados à medida sendo validada, com base na interpretação de valores de correlação proposta por Dancey e Reidy (2013), caso haja concordância de que este valor esteja baixo.

É importante ressaltar que esse estudo apresenta algumas limitações: (a) foram considerados na revisão apenas artigos com o texto completo disponível, (b) os instrumentos de coparentalidade são recentes na literatura, portanto suas evidências de validade não são exaustivas e (c) foram utilizadas apenas algumas bases de dados eletrônicas e a busca foi fundamentada em textos escritos em português, espanhol e inglês, de forma que podem existir outros instrumentos que não foram encontrados.

Desta forma, é importante reconhecer que uma revisão da literatura publicada e disponível em determinadas bases de dados, além de não contemplar estudos publicados

em outros periódicos, também não permite conhecer instrumentos que ainda estão em fase inicial de desenvolvimento. Além disso, pesquisadores e profissionais engajados em trabalhos sobre a coparentalidade devem continuar a desenvolver e aprimorar ferramentas para avaliar esse construto e, em um futuro próximo, é possível que haja informações disponíveis na literatura científica sobre as propriedades psicométricas dos instrumentos já existentes, assim como de novos instrumentos.

Em conclusão, diante das mudanças que vêm ocorrendo no cenário familiar e da reorganização dos papéis sociais de homens e mulheres, em consonância com Frizzo et al. (2005), espera-se que, depois de adaptado e validado, o instrumento para avaliar a coparentalidade de casais brasileiros com filhos pequenos contribua para o mapeamento da coparentalidade no Brasil, possibilitando a detecção de dificuldades enfrentadas por esses casais e o desenvolvimento de programas de apoio. Além disso, esforços para compreender eventuais discrepâncias nos resultados obtidos em diferentes partes do Brasil e internacionalmente podem permitir a identificação de variáveis mediadoras e moderadoras que afetam a coparentalidade e seus impactos, contribuindo para avanços teóricos.

Estudo 2: Adaptação transcultural do Coparenting Relationship Scale

O termo “adaptação transcultural” se refere a um processo que envolve procedimentos metodológicos específicos com a finalidade de adequar um instrumento de medida, elaborado para uma determinada cultura, de forma que ele possa ser usado em uma cultura diferente, mantendo a equivalência entre o instrumento original e sua versão adaptada (Machado, 2013). Segundo Guillemin, Bombardier e Beaton (1993), os instrumentos de medida costumavam ser desenvolvidos na língua inglesa, pois eram criados para serem usados em países nos quais a população era falante dessa língua. No entanto, surgiu a necessidade de que fossem criadas medidas para uso em países que não falavam a língua inglesa.

Para que essa necessidade seja suprida, esses autores apontam que existem duas opções disponíveis: (a) desenvolver uma nova medida e (b) utilizar uma medida previamente desenvolvida em outra língua. Eles afirmam, ainda, que a primeira opção é um processo que consome muito tempo e que, para que a segunda opção seja bem sucedida, é necessário que seja utilizada uma abordagem sistemática para a tradução do instrumento e para a realização do processo de adaptação transcultural do mesmo, levando em consideração as diferenças culturais e linguísticas existentes. Portanto, o termo adaptação transcultural é usado para abranger um processo que analisa tanto a linguagem (tradução) quanto as questões de adaptação à outra cultura, no processo de preparação de um instrumento para uso em outro ambiente (Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2000).

Para Guillemin et al. (1993), a adaptação de uma medida pré-existente para uma população alvo diferente tem diversas vantagens: (a) fornece uma medida comum para a investigação de um conceito dentro de diferentes contextos culturais, (b) oferece uma medida padrão para uso em estudos internacionais, (c) permite comparações entre

grupos nacionais/culturais, que podem contar com uma medida padrão designada e adaptada para medir o fenômeno transculturalmente, (d) permite a inclusão de pessoas residindo no país, mas que não falem a língua oficial, evitando o viés frequente de representar apenas a cultura dominante do país e (e) é menos dispendioso e consome menos tempo do que criar uma nova medida. No entanto, esses autores afirmam que se deve ter em mente que uma adaptação transcultural também requer atenção cuidadosa, envolve um grande número de pessoas e consome bastante tempo (ainda que esse tempo seja menor do que o necessário para a criação de uma nova medida).

A adaptação transcultural de uma medida para uso em um novo país, cultura e/ou língua necessita do uso de um método único, a fim de alcançar equivalência entre a versão original e a versão adaptada do instrumento (Beaton et al., 2000). Como consequência, existe uma literatura florescente em guias para melhorar a qualidade do processo de tradução, assim como algumas discussões sobre como acessar a equivalência entre instrumentos em diferentes línguas (Guillemin et al., 1993).

Segundo Herdman, Fox-Rushby e Badia (1997, 1998), existem três grandes abordagens para a adaptação transcultural de instrumentos de medida: absolutista, relativista e universalista. A abordagem absolutista faz a suposição inicial de que haverá uma mudança nula ou desprezível no conteúdo e na organização dos conceitos entre diferentes culturas, ou seja, de que a cultura tem apenas um impacto mínimo no construto que está sendo medido (Herdman et al., 1998). Em termos de metodologia, isso implicaria no uso de instrumentos padronizados para a medição do mesmo construto em diferentes culturas (Herdman et al., 1997), sendo necessária apenas a tradução dos instrumentos, ao invés da realização do processo completo de adaptação transcultural.

A abordagem relativista é oposta à abordagem absolutista. No relativismo há, tipicamente, pouco ou nenhum interesse em similaridades entre grupos (Segall, Lonner

& Berry, 1998). Nessa abordagem, assume-se que o papel da cultura na variação comportamental é substancial e que é impossível utilizar instrumentos padronizados entre diferentes culturas, recomendando-se somente o uso de instrumentos locais (Herdman et al, 1997).

A abordagem universalista, por sua vez, é mais aberta à sugestão de que a cultura terá um impacto significativo na forma como os conceitos são expressos entre as culturas. Embora essa abordagem também aceite que processos básicos serão comuns a todos da mesma espécie, ela admite que a cultura possa ter um papel substancial nas variações do comportamento (Herdman et al, 1997). Segundo Segall et al. (1998), a orientação universalista assume que há características comuns à espécie e que a cultura influencia o desenvolvimento e a forma como tais características se explicitam. Para essa abordagem, será difícil ou impossível alcançar definições e medidas livres do contexto e a medição de determinado conceito em um contexto transcultural irá requerer o uso de instrumentos adaptados. Em termos de equivalência, essa abordagem não assume que um construto tem as mesmas dimensões e as mesmas inter-relações entre essas dimensões em culturas distintas e admite, portanto, a necessidade de que essas informações sejam examinadas antes que sejam feitas tentativas para traduzir ou adaptar um instrumento (Herdman et al, 1997).

Segundo Segall et al. (1998), os psicólogos transculturais esperam que tanto fatores biológicos quanto fatores culturais influenciem o comportamento humano, o que seria representado pela abordagem universalista. Herdman et al. (1998) demonstram concordância com esses autores, pois recomendam o uso de uma abordagem universalista na pesquisa transcultural, já que essa abordagem não faz uma suposição prévia de que os construtos serão os mesmos entre diferentes culturas. Diante disso, nota-se a necessidade de se estabelecer a existência do conceito, de verificar se ele é interpretado da mesma forma na cultura de origem e na cultura alvo e, em caso

afirmativo, de examinar o grau de concordância dessa interpretação. A abordagem universalista objetiva elucidar os aspectos de um conceito que são genuinamente universais entre as culturas e usar apenas esses aspectos no desenvolvimento de instrumentos que medem o conceito em diferentes culturas (Herdman et al., 1998).

Visto que os instrumentos devem passar por um processo de adaptação para serem usados em outros países, com culturas e línguas diferentes, baseou-se nos procedimentos sugeridos por Herdman et al. (1998), Beaton et al. (2000) e Reichenheim e Moraes (2007), de modo que foram realizadas seis etapas para esse processo: avaliação da equivalência semântica, avaliação da equivalência conceitual, avaliação da equivalência cultural (ou experiencial), avaliação da equivalência idiomática (ou de itens), avaliação da equivalência operacional e avaliação da equivalência de mensuração.

Etapas do processo de adaptação transcultural

Equivalência semântica

A avaliação da equivalência semântica envolve a transferência de sentido dos conteúdos referentes ao conceito a ser medido, dos itens da versão original para os itens da versão traduzida, de modo que os efeitos gerados nos respondentes da cultura de origem sejam semelhantes aos gerados nos respondentes da cultura-alvo (Reichenheim & Moraes, 2007). Esse tipo de equivalência busca verificar se há convergência no significado das palavras entre a versão original e a versão traduzida do instrumento, além de investigar se uma palavra pode possuir outros significados. Essa fase inclui as traduções e retro traduções do instrumento (Reichenheim & Moraes, 2007) e pode implicar em alterações gramaticais na construção de sentenças na versão adaptada do instrumento (Guillemin et al., 1993).

Equivalência conceitual

Esse tipo de equivalência envolve a avaliação da existência de possíveis diferenças no significado conceitual das palavras utilizadas no instrumento adaptado e das palavras utilizadas na cultura original do instrumento (Beaton et al., 2000). Essa etapa também tem como finalidade avaliar a relevância e a pertinência dos diferentes domínios (ou dimensões) que compõe o conceito de interesse na cultura-alvo (Reichenheim & Moraes, 2007).

Equivalência cultural (ou experiencial)

Na avaliação da equivalência cultural de um instrumento, busca-se avaliar se o que está descrito no item, além de traduzível, é experienciado no novo país ou cultura. Caso seja necessário, o item deve ser substituído por um item similar que descreva uma situação que, de fato, seja experienciada na cultura-alvo (Beaton et al., 2000).

Equivalência idiomática

A avaliação da equivalência idiomática se refere à verificação da pertinência de cada um dos itens para a mensuração de cada uma das dimensões que compõem o conceito. Essa avaliação deve ser baseada na revisão bibliográfica sobre a teoria que baseou a construção do instrumento (Reichenheim & Moraes, 2007). Esse tipo de equivalência também tem o objetivo de verificar se as expressões idiomáticas e coloquiais são traduzíveis e, em caso negativo, de buscar expressões equivalentes para substituí-las (Guillemin et al., 1993).

Equivalência operacional

A equivalência operacional envolve a avaliação da possibilidade de usar formatos, instruções, formas de administração e métodos de medida similares, em diferentes

culturas. A equivalência será atingida quando esses elementos não afetarem os resultados (Herdman et al., 1998).

Equivalência de mensuração

A avaliação da equivalência de mensuração tem o objetivo de investigar se o instrumento adaptado alcança níveis aceitáveis em termos de suas propriedades psicométricas (Herdman et al., 1998). Além disso, são realizadas comparações entre os dados psicométricos encontrados para as diferentes versões linguísticas do mesmo instrumento (Reichenheim & Moraes, 2007).

As primeiras etapas da avaliação da equivalência semântica (traduções e retro traduções) envolvem a participação de profissionais com experiência na língua da cultura original e da cultura alvo do instrumento. A segunda parte da avaliação da equivalência semântica e as avaliações das equivalências conceitual, cultural e idiomática devem ser realizadas por um comitê de especialistas, composto por metodologistas, profissionais da área, profissionais da língua e os tradutores e retro tradutores envolvidos no processo. O papel do comitê de especialistas é consolidar todas as versões do instrumento e desenvolver a que deveria ser considerada a versão pré-final do instrumento para as testagens finais. O comitê também revisa todas as traduções e procura um consenso em qualquer discrepância (Beaton et al, 2000). Em relação às equivalências operacional e de mensuração, participam indivíduos que estejam dentro do perfil da população-alvo para a qual o instrumento foi criado (Herdman et al., 1998).

Método

Estão listadas na Tabela 5, as etapas que descrevem os procedimentos utilizados para a adaptação transcultural do *Coparenting Relationship Scale* e os participantes de cada etapa.

Tabela 5

Descrição do Processo de Adaptação Transcultural do Coparenting Relationship Scale

Etapa	Procedimento	Participantes	Produto
Avaliação da Equivalência Semântica	Traduções	3 psicólogas e 1 professora de inglês + versão portuguesa do instrumento	5 versões em português do instrumento
	Consenso das traduções	1 psicóloga nativa da língua inglesa e fluente em português e 1 psicóloga nativa da língua portuguesa e com bons conhecimentos da língua inglesa	1ª versão do instrumento em português (V1)
	Retro traduções	1 pessoa cuja língua materna é o inglês e a língua paterna é o português (bilíngue) e 1 professora de inglês, nativa da língua inglesa	2 versões em inglês do instrumento
	Análise das retro traduções	1 psicóloga nativa da língua inglesa e fluente em português	2ª versão do instrumento em português (V2)
Avaliação das equivalências semântica, conceitual, cultural e idiomática	Reunião com Comitê de Especialistas	4 psicólogas (sendo 3 delas com doutorado) com domínio de inglês e português e experiência com construção de instrumentos	3ª versão do instrumento em português (V3)
Avaliação da equivalência operacional (pré-teste)	Aplicação da V3 para verificação de sua compreensão e aceitabilidade pela população-alvo	2 casais	4ª versão do instrumento em português (V4)
Avaliação da equivalência de mensuração	Cálculo do <i>alpha de Cronbach</i> da V4 e verificação da interpretação dos itens pelos respondentes	25 casais	Informações descritas mais adiante

Etapa 1a - Avaliação da equivalência semântica

Traduções

O *Coparenting Relationship Scale* foi traduzido por quatro profissionais: 3 psicólogas com bons conhecimentos de inglês e 1 professora de inglês. Além disso, a versão portuguesa do instrumento foi utilizada como uma quinta tradução. Cada tradução foi realizada de forma independente, gerando cinco versões traduzidas do instrumento.

Consenso das traduções

O consenso das traduções foi realizado de forma conjunta por uma psicóloga nativa da língua inglesa e fluente em português e uma psicóloga nativa da língua portuguesa e fluente na língua inglesa. Após a análise das cinco versões traduzidas, foi gerada a primeira versão em português do instrumento (V1).

Retro traduções

Foram realizadas duas retro traduções da V1, de forma independente, sendo que uma delas foi feita por uma pessoa cuja língua materna é o inglês e a língua paterna é o português (bilíngue) e a outra foi feita por uma professora de inglês, nativa da língua inglesa (profissional paga).

Análise das retro traduções

A análise das retro traduções foi realizada por uma psicóloga nativa da língua inglesa e fluente em português, por meio da avaliação das duas versões retro traduzidas e da comparação dessas versões com a V1. Após essa análise e a realização dos ajustes necessários, foi elaborada a segunda versão em português do instrumento (V2).

Etapas 1b, 2, 3 e 4 - Avaliação das equivalências semântica, conceitual, cultural e idiomática

Nessa etapa da adaptação, foram verificadas: a correspondência entre o significado das palavras no instrumento original e nos itens da escala adaptada, a adequação do significado conceitual das palavras utilizadas no instrumento adaptado e a coerência entre os termos utilizados e as experiências vivenciadas na cultura-alvo. Também foram realizadas avaliações das traduções das expressões coloquiais presentes no instrumento original e da pertinência de cada um dos itens para a mensuração de cada uma das dimensões que compõem a coparentalidade.

Participantes

Para a realização dessa etapa foi formado um Comitê de Especialistas, composto por quatro psicólogas (sendo três delas com doutorado) com domínio de inglês e português e experiência com construção de instrumentos, sendo que duas delas haviam participado da etapa de tradução do *Coparenting Relationship Scale*.

Local

A reunião com o Comitê de Especialistas foi realizada em uma sala do Departamento de Psicologia, na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

Procedimento

Na reunião com o Comitê de Especialistas, a pesquisadora entregou um formulário às participantes com uma breve apresentação da teoria de coparentalidade que fundamentou a construção do instrumento (*Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade*, de Feinberg, 2003) e com espaços indicados para a apreciação das equivalências semântica, conceitual, cultural e idiomática da V2 (Anexo B). Com base

nas sugestões e contribuições dos membros do Comitê, foi produzida a terceira versão em português do instrumento (V3).

Etapa 5 - Avaliação da equivalência operacional

Essa etapa teve como objetivo verificar a aceitabilidade da V3 e a compreensão de cada um dos itens dessa versão por uma amostra da população-alvo.

Participantes

Participaram dessa etapa dois casais que tinham pelo menos um filho com idade entre 3 e 6 anos e em que tanto o homem quanto a mulher trabalhavam fora e moravam com a criança. Em um dos casais a criança frequentava uma escola pública na cidade de São Carlos e, no outro, a criança frequentava uma escola particular nessa mesma cidade.

Local

As entrevistas foram realizadas nas casas dos participantes.

Procedimento

Os participantes foram instruídos a relatar qualquer dificuldade ou problema encontrado nos itens ou nas instruções do instrumento. Os participantes responderam à versão do instrumento proposta após a reunião com o Comitê de Especialistas, que foi aplicada em formato de entrevista, e indicaram sugestões que permitiriam uma melhor compreensão dos itens por parte dos futuros respondentes. Com base nas informações coletadas, foram efetuados pequenos ajustes na escala, chegando-se à quarta versão em português do instrumento (V4), intitulado de Escala da Relação Coparental (ERC).

Etapa 6 - Avaliação da equivalência de mensuração

Nessa etapa do processo de adaptação, foi calculada a precisão da Escala da Relação Coparental, por meio do cálculo do *alpha de Cronbach* para cada uma de suas

subescalas. Além disso, verificou-se como os respondentes interpretavam os itens, por meio de exemplos dados por eles, assim como a percepção de cada participante sobre a presença ou ausência de uma influência dos comportamentos descritos nos itens da ERC sobre a relação coparental estabelecida pelos casais. Também foi avaliada a pontuação média dos casais brasileiros que participaram da presente pesquisa em cada subescala da medida de coparentalidade e essas médias foram comparadas com os valores encontrados na aplicação da versão original do instrumento, nos Estados Unidos, e com os valores encontrados na aplicação do instrumento em uma amostra do Sul do Brasil. Por fim, foi realizada uma comparação entre os escores médios das mães e dos pais para cada subescala, para verificar a existência de diferenças relacionadas ao gênero.

Participantes

Participaram dessa etapa 25 casais, totalizando 50 participantes, que tinham pelo menos um filho com idade entre 3 e 6 anos. A idade dos participantes variou entre 24 e 49 anos, com uma média de idade de 36,9 anos ($dp = 6,14$). A renda familiar média mensal foi de R\$6420,00 ($dp = R\$4598,54$), variando entre R\$1200,00 e R\$20.000,00. Os participantes relataram trabalhar, em média, 8,2 horas por dia ($dp = 2,22$), sendo que essa carga horária variou entre 4 e 18 horas. O tempo de união entre os membros do casal variou entre 4 e 21 anos, com uma média de 10,7 anos ($dp = 4,30$). Em relação ao número de filhos, 48% dos participantes tinham um filho, 38% tinham dois filhos e 14% tinham três filhos. No que se refere à escolaridade, 50% dos participantes haviam concluído o ensino superior. Com base nas informações coletadas por meio do Critério Brasil, 24% dos casais foram classificados na classe A, 20% na classe B1, 36% na classe B2 e 20% na classe C1. Não havia, na amostra, participantes que pertenciam às classes C2 ou D/E.

Instrumentos

Escala da Relação Coparental. A ERC é um instrumento, tipo *Likert*, para medir a coparentalidade, composto por 35 itens. Para cada item do instrumento, solicitou-se que os participantes: (a) indicassem o quanto concordavam com o comportamento descrito (em uma escala que variava de 0 a 6), (b) sinalizassem se acreditavam que o comportamento descrito influenciava a forma como casais interagem para organizar os cuidados em relação aos seus filhos e se essa influência era positiva ou negativa (avaliada em uma escala de 1 a 10) e (c) dessem exemplos de sua vida em relação a alguns itens. Para o cálculo do escore geral de coparentalidade, são revertidas as médias dos escores das subescalas negativas e somadas com as médias dos escores das subescalas positivas do instrumento.

Questionário de dados sociodemográficos. Esse questionário, elaborado para a presente pesquisa, contém algumas perguntas sobre o perfil sociodemográfico (idade, sexo, renda, escolaridade) dos participantes, a fim de descrever a composição da amostra (Anexo C).

Critério de Classificação Econômica Brasil 2014. Esse instrumento foi criado para estimar o potencial de consumo dos respondentes. Com base no escore obtido, os casais participantes foram classificados em uma das seguintes classes econômicas: A, B1, B2, C1, C2, D/E (Anexo D).

Local

As entrevistas foram realizadas nas escolas dos filhos dos casais, na própria casa dos participantes, no local de trabalho dos membros do casal ou na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

Cuidados éticos

Foram tomados todos os cuidados para realização de pesquisa com seres humanos em acordo com a resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012. O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos, processo nº 31636214.9.0000.5504, parecer nº 674.525 (Anexo E). Tanto os profissionais que participaram das etapas de adaptação do instrumento quanto os casais participantes da entrevista receberam informações sobre os objetivos e as condições do estudo, antes de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo F). Foi garantido o sigilo da identidade de todos os participantes do estudo, assim como a privacidade dos casais que responderam à entrevista.

Procedimento de coleta de dados

Primeiramente, a pesquisadora entrou em contato com o Secretário da Educação Infantil Municipal da cidade de São Carlos e pediu autorização para entrar em contato com escolas municipais da cidade. Após a autorização, a pesquisadora entrou em contato com as diretoras das escolas municipais e particulares e pediu permissão para entrar em contato com as mães e os pais dos alunos que se encaixavam no perfil procurado (de 3 a 6 anos). O recrutamento inicial de casais foi feito em reuniões ou via bilhetes entregues aos pais pelos filhos, para apresentar os objetivos da pesquisa e os convidar para participar da mesma. As demais famílias foram localizadas por indicação dos participantes iniciais, por meio da técnica Bola de Neve (*Snowball Technique*) (Sadler, Lee, Lim & Fullerton, 2010). Quando os casais demonstravam interesse em participar, era combinado um horário e um local para a realização das entrevistas.

No horário do encontro com cada membro do casal, primeiramente eram reapresentados os objetivos do estudo, assim como lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que fosse assinado pelo participante. Em seguida, era iniciada

a entrevista, na qual era aplicado o questionário para obter dados sociodemográficos, o Critério de Classificação Econômica Brasil 2014 (apenas nos homens, porque tendiam a responder mais rapidamente aos demais instrumentos do que as mulheres) e a ERC. As entrevistas foram realizadas individualmente e buscou-se realizá-las simultaneamente com as mães e os pais, sendo que duas pesquisadoras treinadas estavam responsáveis por essa tarefa. Depois da entrevista, para oferecer algo em retorno aos participantes, era entregue um folheto (Anexo G) que apresentava definições de coparentalidade, exemplos de efeitos de relações coparentais positivas e negativas para as crianças e para o relacionamento entre os próprios pais e sugestões de como os casais poderiam desenvolver uma relação coparental positiva, segundo a literatura. O folheto também continha uma lista com indicações de leituras adicionais, caso os participantes tivessem interesse no assunto.

Análise dos dados

Para verificar a precisão da Escala da Relação Coparental, foram verificados os valores de consistência interna de cada subescala, por meio do cálculo do *alpha de Cronbach*. Valores de alpha iguais a 0,70 ou acima desse valor (Urbina, 2007) foram considerados como evidências de que o instrumento apresenta uma boa precisão. Em relação aos exemplos dados pelos respondentes para os itens do instrumento, foram feitas análises por dois juízes, que entraram em consenso para decidir se os exemplos se referiam aos comportamentos coparentais descritos nos itens.

Para verificar a percepção dos participantes sobre a presença ou ausência de influência dos comportamentos descritos nos itens sobre o estabelecimento da relação coparental, foi calculado o número de participantes que disseram acreditar que o comportamento descrito no item ajudava no estabelecimento de uma relação coparental positiva, o número de participantes que acreditavam que a influência exercida era

negativa e o número de participantes que acreditavam não haver influência. Além disso, também foram calculadas as médias de impacto, no caso das influências positivas e negativas. Esses dados foram obtidos para avaliar a validade aparente do instrumento, verificando se os comportamentos coparentais positivos eram percebidos como exercendo uma influência positiva e se os comportamentos coparentais negativos eram percebidos como exercendo uma influência negativa sobre a relação coparental.

Em relação à coparentalidade dos casais participantes, foram calculadas as médias para as subescalas do instrumento. Para comparar os resultados obtidos com a amostra da presente pesquisa e os resultados encontrados na aplicação da versão original do instrumento e em uma aplicação realizada com uma amostra do sul do Brasil, foram calculados os escores médios para cada subescala e os valores encontrados na amostra da presente pesquisa foram comparados com os valores encontrados nas outras duas amostras (estadunidense e do sul do país). As médias das mães e dos pais na amostra da presente pesquisa também foram comparadas entre si, para verificar diferenças de gênero.

Resultados e Discussão

Etapa 1a - Avaliação da equivalência semântica

As quatro traduções obtidas e a versão portuguesa do instrumento foram comparadas, dando origem à primeira versão em português do instrumento (V1). Com base na comparação entre a V1 e as duas versões do instrumento produzidas após a retro tradução, foram realizadas modificações em alguns itens, descritas na Tabela 6, originando a segunda versão do instrumento (V2).

Tabela 6

Modificações Realizadas nos Itens da Primeira Versão Brasileira do Instrumento

Versão original	V1 Brasileira	Modificações (V2)
5. My partner likes to play with our child and then leave dirty work to me.	5. Meu/minha parceiro(a) gosta de brincar com nosso filho e deixa o trabalho difícil para mim .	5. Meu/minha parceiro(a) gosta de brincar com nosso filho e deixa para mim o trabalho difícil.
8. It is easier and more fun to play with the child alone than it is when my partner is present too.	8. É mais fácil e divertido brincar sozinha(o) com o meu filho do que quando o meu/minha parceiro(a) está presente.	8. É mais fácil e divertido brincar sozinha(o) com o nosso filho do que quando o meu/minha parceiro(a) está presente.
20. My partner does not carry his or her fair share of the parenting work.	20. Meu/minha parceiro(a) não faz a sua parte do trabalho parental (de ser pai).	20. Meu/minha parceiro(a) não faz a sua parte do trabalho parental.
22. My partner undermines my parenting.	22. Meu/minha parceiro(a) sabota minha atuação como mãe/pai.	22. Meu/minha parceiro(a) prejudica minha atuação como mãe/pai.
30. Parenting has given us a focus for the future.	30. Ser pais nos deu um foco para o futuro.	30. Ser pais tem nos dado um foco para o futuro.

Etapas 1b, 2, 3 e 4 – Avaliação das equivalências semântica, conceitual, cultural e idiomática

Em relação à equivalência semântica, após as sugestões do comitê de especialistas, foram realizadas algumas alterações gramaticais na construção das frases das instruções e dos itens 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 16, 20, 24, 26, 28, 30, 31, 34 e 35, de forma a facilitar a compreensão por parte dos respondentes. No item 3 (Meu/minha parceiro/a pede a minha opinião em questões relacionadas à parentalidade), por exemplo, a palavra “parentalidade” foi substituída por “papel de pais”. A escala de mensuração foi adaptada, sendo que a tradução fiel não foi mantida, visto que se acredita que responder que um item “não é verdadeiro sobre nós” não é a maneira usual

de avaliação de um item no Brasil. Por isso, optou-se por utilizar uma escala de concordância/discordância.

Também foram feitos aperfeiçoamentos nos itens 13, 14, 18, 25 e 29, transformando-os em descrições de comportamentos observáveis. Por exemplo, o item 13 (Meu parceiro não confia nas minhas habilidades enquanto mãe) passou a ser “Meu parceiro demonstra que não confia nas minhas habilidades como mãe”. Além disso, foram feitas modificações no item 17 (Eu me sinto próxima do meu parceiro quando eu o vejo brincar com nosso/a filho/a), substituindo a expressão “Eu me sinto próxima” por “Eu me sinto mais próxima”, a fim de indicar que os parceiros não se sentem próximos apenas quando o outro brinca com o filho; e nos itens 12, 19 e 21, de modo a eliminar palavras que indicavam frequência, pois tornavam a resposta ao item ambígua, na medida em que o respondente podia concordar ou discordar do comportamento que estava descrito no item ou da frequência com a qual o comportamento ocorria. No item 22, optou-se por substituir a palavra “prejudica” por “mina”, visto que seria uma tradução mais fiel da palavra *undermine*, mas foi proposto que os participantes da etapa de avaliação da equivalência operacional fossem consultados sobre sua compreensão acerca dessa palavra, com a possibilidade de que ela fosse substituída pelas palavras “prejudica” ou “atrapalha”.

Após a avaliação da equivalência conceitual, notou-se que as expressões *my partner* e *child* são utilizadas para representar os dois gêneros (masculino e feminino) na língua inglesa, mas que o mesmo não acontece na língua portuguesa. Diante disso, a expressão “nosso(a) filho(a)” foi escolhida como a tradução da palavra “*child*”, visando manter a possibilidade de aplicação do instrumento em participantes que tivessem filhos de ambos os sexos. Em relação à palavra *partner*, optou-se pela elaboração de duas

versões da ERC⁷, assim como foi feito na versão portuguesa do instrumento, de forma a facilitar a leitura dos itens por parte dos respondentes, utilizando as expressões “meu parceiro” ou “minha parceira”.

Em relação à avaliação da equivalência cultural, concluiu-se que todos os itens descreviam comportamentos experienciados na cultura brasileira. Por fim, a avaliação da equivalência idiomática indicou a presença da expressão idiomática “*dirty work*” (item 5), que havia sido traduzida como “trabalho difícil”, mas que, na cultura brasileira, teria seu significado melhor traduzido pela expressão “trabalho pesado”. Também foi constatada a presença da expressão “*at my wits end*” (item 26), que havia sido traduzida como “no meu limite”. Como essa tradução foi considerada como a que melhor corresponderia à expressão original, optou-se por mantê-la.

Após a realização das modificações sugeridas pelo comitê de especialistas, também foi acrescentada uma questão pedindo que os participantes dessem exemplos em cada item, de forma a permitir a verificação da compreensão dos respondentes acerca dos itens. Além disso, também foi incluída uma questão sobre a presença ou ausência de uma influência dos comportamentos descritos nos itens sobre a relação coparental estabelecida pela maior parte dos casais, para permitir a verificação da validade aparente do instrumento. As modificações descritas deram origem à terceira versão do instrumento (V3).

Etapa 5 - Avaliação da equivalência operacional

Na fase de teste da V3, foi constatado que as seguintes modificações, descritas na Tabela 7, deveriam ser realizadas: (a) acrescentar uma segunda forma de fazer a pergunta no item 17, visto que um participante apresentou dificuldade no entendimento do item na aplicação-teste, (b) retornar ao uso da palavra “prejudica”, no item 22, ao

⁷ No presente estudo, está sendo apresentada apenas uma das versões do instrumento adaptado (versão das mães) para evitar que o texto fique repetitivo.

invés de “mina”, por ter sido considerada a palavra de mais fácil compreensão pelos participantes e (c) modificar a forma de perguntar sobre a influência do comportamento descrito em cada item no estabelecimento de uma relação coparental positiva, visto que os quatro participantes dessa etapa demonstraram dificuldade em entender a questão.

Tabela 7

Modificações Realizadas nos Itens da Terceira Versão Brasileira do Instrumento, para Obter Equivalência Operacional

Item da V3	Modificações (V4)
Você acha que isso afeta a qualidade da coparentalidade para a maior parte dos casais? (positiva ou negativamente)	Você acha que isso que está descrito no item ajuda, atrapalha ou não afeta (nem ajuda, nem atrapalha) a capacidade dos pais e das mães de trabalharem juntos, para criar os filhos?
17. Eu me sinto mais próxima do meu parceiro quando eu o vejo brincar com nosso(a) filho(a).	17. Eu me sinto mais próxima do meu parceiro quando eu o vejo brincar com nosso(a) filho(a). Se não entender: Quando eu vejo o meu parceiro brincar com nosso(a) filho(a), eu me sinto mais unida com ele.
22. Meu parceiro mina minha atuação como mãe.	22. Meu parceiro prejudica minha atuação como mãe.

Também se optou por pedir exemplos de apenas um item representante de cada subescala para cada participante, totalizando seis exemplos em cada entrevista, de modo a diminuir o tempo de aplicação do instrumento e evitar que a entrevista se tornasse cansativa. Para obter exemplos para todos os itens, foi organizado um rodízio entre os itens. Não foram solicitados exemplos para os itens da subescala de exposição da criança a conflitos, visto que seus itens já eram bastante descritivos. Essa etapa da adaptação transcultural deu origem à Escala da Relação Coparental (V4⁸).

⁸ Após a finalização do processo de adaptação transcultural, durante um congresso, conhecemos um grupo de pesquisadores de dois laboratórios da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), LABSFAC e NEPeDI, que também haviam realizado uma adaptação do *Coparenting Relationship Scale*. Posteriormente, elaboramos juntos uma versão unificada do instrumento.

Etapa 6 - Avaliação da equivalência de mensuração

Alpha de Cronbach

As subescalas do instrumento apresentaram valores de consistência interna que variaram de $\alpha = 0,30$ a $\alpha = 0,83$. Na Tabela 8, são apresentados os valores do *alpha de Cronbach* para cada uma das subescalas do instrumento.

Tabela 8

Escala da Relação Coparental: Número de Itens e Valor do Coeficiente Alpha de Cronbach para Cada Subescala

Subescala	Número de itens	Alpha de Cronbach
Exposição ao conflito	5	0.83
Aprovação da parentalidade do parceiro	7	0.75
Suporte coparental	6	0.71
Concordância coparental	4	0.57
Proximidade coparental	5	0.41
Sabotagem coparental	6	0.30
Divisão do trabalho*	2	----

Nota: *Tendo em vista que a subescala “Divisão do trabalho” possui apenas 2 itens, não foi possível calcular o valor do alpha.

Com base nos dados acima, é possível concluir que três das subescalas do instrumento (Exposição ao conflito, Aprovação da parentalidade do parceiro e Suporte coparental) apresentaram um valor de consistência interna dentro do intervalo esperado, visto que, segundo Urbina (2007), espera-se que os valores de alpha sejam maiores ou iguais a 0,70. Por outro lado, outras três subescalas (Concordância coparental, Proximidade coparental e Sabotagem coparental) apresentaram valores abaixo do esperado.

Quatro características do estudo foram apontadas como hipóteses para justificar esses valores baixos: (a) o tamanho da amostra, que pode ser considerada pequena, o que torna possível que tenha havido um erro de amostragem; (b) o formato de utilização

do instrumento, já que o instrumento original havia sido aplicado em formato de questionário e, na presente pesquisa, ele foi aplicado em formato de entrevista, o que pode ter influenciado a resposta de alguns participantes em algumas das questões; (c) a amostra utilizada, visto que a versão original do instrumento tinha sido utilizada em mães e pais de crianças de até 3 anos de idade, enquanto a amostra do presente estudo foi composta por mães e pais de crianças com idades entre 3 e 6 anos e (d) a existência de possíveis diferenças culturais, visto que a ERC foi aplicada em um país diferente daquele para o qual essa escala foi elaborada, o que aponta para a necessidade de se verificar se os itens, respondidos por pais brasileiros, se agrupam nas mesmas subescalas do instrumento original (estadunidense), por meio de uma análise fatorial. Acredita-se que esta última seja a explicação mais forte para os baixos valores de α encontrados em algumas subescalas do instrumento.

Compreensão dos itens

Os exemplos dados pelos participantes em cada item da ERC indicaram que a maior parte deles demonstrou compreensão acerca dos itens. Por exemplo, no item 3 (Minha parceira pede a minha opinião em questões relacionadas ao papel de pais), um dos participantes comentou que a esposa pedia sua opinião sobre deixar a criança dormir na casa de algum colega. No item 23 (Meu parceiro está disposto a fazer sacrifícios pessoais para ajudar a cuidar do/a nosso/a filho/a), uma participante comentou que, quando a criança ficava doente, às vezes o marido faltava do trabalho para cuidar dela.

Embora alguns respondentes tivessem citado exemplos que não eram tão específicos em relação ao item, nenhum dos exemplos deixou de se referir ao construto medido pelo instrumento, a coparentalidade. Por exemplo, no item 13 (Meu parceiro demonstra que não confia nas minhas habilidades como mãe), uma das participantes

comentou que ela e o marido conversavam sobre as decisões e que eles tinham diálogo. Embora esse exemplo não se refira especificamente ao comportamento de demonstrar confiança (ou a falta dela) nas habilidades do parceiro, o exemplo dado não deixou de se referir à relação coparental estabelecida pelo casal. Além disso, esses casos ocorreram com uma baixa frequência.

É importante destacar que alguns exemplos evidenciavam concordância do participante com o item, enquanto outros demonstravam discordância, o que ocorria nos casos em que os participantes diziam que o que estava descrito no item não acontecia, no seu caso. Ademais, apenas um dos participantes relatou no item 14 (Meu parceiro demonstra que é sensível aos sentimentos e necessidades do/a nosso/a filho/a) que o que estava descrito era verdadeiro, mas que ele não se lembrava de exemplos naquele momento. De forma geral, os participantes interpretaram os itens do instrumento de forma coerente com o esperado, o que significa que a versão do instrumento proposta após a adaptação transcultural está apresentada de forma clara e que, portanto, não precisa ser modificada.

Comportamentos que influenciam a coparentalidade

Os participantes tiveram que responder se eles achavam que os comportamentos descritos em cada um dos itens ajudavam, atrapalhavam ou não afetavam a capacidade dos casais, de forma geral, de trabalharem juntos para criar os filhos. Na Tabela 9, são descritos: (a) o número de participantes que relataram acreditar que o comportamento descrito no item ajudava no estabelecimento de uma relação coparental positiva, (b) a média das notas dadas pelos participantes sobre o quanto eles achavam que aquele comportamento ajudava, (c) o número de participantes que relataram acreditar que o comportamento descrito no item atrapalhava o estabelecimento de uma relação coparental positiva, (d) a média das notas dadas pelos participantes sobre o quanto eles

achavam que aquele comportamento atrapalhava e (e) o número de participantes que relataram acreditar que o comportamento descrito no item não afetava (não ajudava e nem atrapalhava) o estabelecimento de uma relação coparental positiva.

Tabela 9

Impactos Previstos e Percebidos dos Comportamentos Descritos nos Itens

Impacto previsto	Item	Impacto Percebido						
		Ajuda			Atrapalha			Não afeta
		Nº de participantes	Média	Desvio padrão	Nº de participantes	Média	Desvio padrão	Nº de participantes
P o s i t i v o s	1	47	8.60	2.43	1	0.08	0.57	2
	2	47	8.36	2.58	0	0.00	0	3
	3	46	8.46	2.76	2	0.26	1.29	2
	4*	44	8.24	3.20	2	0.34	1.71	5
	6	48	9.02	2.13	0	0.00	0	2
	10	46	8.68	2.77	1	0.16	1.13	3
	14*	43	7.66	3.38	4	0.52	1.96	4
	17	41	7.48	3.74	1	0.18	1.27	8
	18	48	8.86	2.17	2	0.20	1.07	0
	19	50	9.56	0.86	0	0.00	0	0
	23	47	8.68	2.66	2	0.32	1.63	1
	24	50	9.46	1.11	0	0.00	0	0
	25	49	9.04	1.79	0	0.00	0	1
	26	50	9.48	0.97	0	0.00	0	0
	27	49	9.04	1.75	0	0.00	0	1
30	47	8.52	2.61	0	0.00	0	3	

N e g a t i v o s	5	6	0.90	2.56	38	6.22	3.89	6
	7	0	0.00	0.00	48	8.78	2.31	2
	8*	1	0.16	1.13	41	6.34	3.43	9
	9*	6	0.84	2.37	46	7.54	2.76	1
	11*	2	0.30	1.57	42	6.90	3.56	7
	12	0	0.00	0.00	50	9.02	1.77	0
	13	1	0.20	1.41	49	8.88	1.87	0
	15	2	0.16	0.82	39	5.76	3.45	9
	16	2	0.38	1.88	48	7.92	2.51	0
	20	1	0.20	1.41	49	9.00	2.01	0
	21	0	0.00	0.00	49	8.72	2.01	1
	22	0	0.00	0.00	50	9.26	1.08	0
	28	0	0.00	0.00	47	8.16	2.59	3
	29	0	0.00	0.00	49	8.66	1.88	1
	31	0	0.00	0.00	49	9.12	1.69	1
	33	0	0.00	0.00	47	8.90	2.58	3
34	0	0.00	0.00	50	9.66	0.87	0	
35	0	0.00	0.00	50	9.58	0.88	0	

Nota: *O número total de respondentes é maior que 50, pois alguns participantes disseram que o idem podia tanto ajudar quanto atrapalhar no estabelecimento de uma relação coparental positiva.

Na Tabela 9, são apresentadas informações sobre a percepção dos participantes em relação a cada item do instrumento de coparentalidade, podendo ser positiva (o comportamento descrito no item ajuda no relacionamento coparental), negativa (agir da forma descrita no item atrapalha as interações entre os pais) ou neutra (não afeta a relação coparental). Com base nos dados apresentados, verifica-se que, no que diz respeito à percepção da relevância dos itens para o estabelecimento de uma relação coparental positiva, para os itens descrevendo comportamentos coparentais positivos, de 41 a 50 participantes (82% a 100%) concordavam que os comportamentos descritos influenciavam de forma positiva nas interações estabelecidas, com médias de impacto variando entre 7,48 e 9,56 (sendo 10 o valor máximo possível). Com base nesses resultados, observa-se que os participantes relataram acreditar que os comportamentos coparentais positivos tinham uma grande influência positiva na forma de se relacionar dos casais para criar seus filhos, em convergência com o esperado por meio da validação desse instrumento, nos Estados Unidos.

Para os itens que descreviam comportamentos coparentais negativos, de 38 a 50 participantes (76% a 100%) relataram acreditar que os comportamentos descritos influenciavam negativamente essas interações, com médias de impacto variando entre 5,76 e 9,66, o que também indica concordância entre a percepção desses casais e dos autores do instrumento. Somando os resultados sobre os itens positivos e negativos do instrumento de coparentalidade, conclui-se que os participantes da presente pesquisa acreditam que a maior parte dos comportamentos descritos por Feinberg et al. (2012) retratam interações estabelecidas por casais quando estão trabalhando juntos para lidar com o papel parental, o que indica que o instrumento possui uma validade aparente. Portanto, a visão de coparentalidade de Feinberg, na qual o instrumento foi baseado, pode ser considerada como altamente relevante no cenário brasileiro.

Coparentalidade dos casais brasileiros

Por meio da análise dos escores médios obtidos em cada uma das subescalas (podendo variar entre 0 e 6), é possível descrever o quanto os participantes apresentaram concordância, suporte, aprovação, proximidade e sabotagem ao se relacionarem, um com o outro, para resolver questões referentes à criação dos filhos. Além disso, esses valores também permitem avaliar se os casais expõem os filhos a conflitos coparentais, assim como a percepção de ambos sobre a divisão das tarefas relacionadas à criação dos filhos. Na Tabela 10, são apresentados os valores mínimos e máximos dados pelos participantes a cada uma das subescalas, assim como a média e o desvio padrão para cada uma delas.

Tabela 10

Valores Mínimo, Máximo, Média e Desvio Padrão para cada Subescala

Subescala	Mínimo*	Máximo*	Média	Desvio padrão
Aprovação da parentalidade do parceiro	3	6	5.35	0.73
Suporte coparental	3	6	5.23	0.75
Proximidade coparental	4	6	5.20	0.68
Concordância coparental	2	6	4.82	1.06
Divisão do trabalho	1	6	4.53	1.46
Exposição ao conflito	0	2	0.78	0.67
Sabotagem coparental	0	2	0.63	0.63

Nota: *A pontuação de cada subescala variava de 0 a 6, sendo que 0 significava que os comportamentos que representavam cada subescala não estavam presentes na relação coparental do casal e 6 significava que esses comportamentos estavam presentes nessa relação.

De acordo com os relatos dos participantes, descritos por meio dos escores médios, notou-se que os casais possuíam uma relação coparental forte, ou seja, as mães e os pais pareciam estar trabalhando juntos para oferecer os cuidados em relação aos seus filhos. A aprovação da atuação do parceiro ($M = 5,35$; $dp = 0,73$), o suporte ao parceiro ($M = 5,23$; $dp = 0,75$) e a proximidade com o parceiro ($M = 5,20$; $dp = 0,68$)

foram as subescalas que apresentaram as maiores médias, seguidas pela concordância entre os membros do casal ($M = 4,82$; $dp = 1,06$) e pela divisão do trabalho envolvendo a criança ($M = 4,53$; $dp = 1,46$). Nota-se que todas as subescalas que representam dimensões positivas da coparentalidade apresentaram médias altas, que variaram de 4,53 a 5,35 (sendo 6,0 o valor máximo possível). Em relação às subescalas que representam dimensões negativas da coparentalidade (exposição dos filhos a conflitos e sabotagem), ambas apresentaram médias muito baixas ($M = 0,78$; $dp = 0,67$ e $M = 0,63$; $dp = 0,63$, respectivamente), corroborando os resultados anteriores de que os casais participantes apresentaram altos níveis de coparentalidade positiva.

Esses dados indicam que o padrão adicional de interação entre os pais e as mães (coparentalidade), que surgiu em meio ao contexto no qual as mulheres casadas e com filhos passaram a permanecer em trabalhos fora de casa e os homens passaram a ter uma maior participação dentro do lar, está sendo incorporado na forma dos casais se relacionarem, quando estão combinando e negociando os cuidados em relação aos seus filhos. No entanto, é importante fazer a ressalva de que os casais que aceitaram participar da pesquisa e se disponibilizaram a responder perguntas sobre a forma como organizam os cuidados em relação aos filhos são, provavelmente, aqueles que apresentam uma relação coparental mais positiva.

Diante disso, os dados acima não implicam que os casais brasileiros, de uma forma geral, apresentam uma coparentalidade positiva alta quando se relacionam para negociar os cuidados em relação aos filhos, apenas significa que isso acontece na amostra de casais que participaram da presente pesquisa, sendo necessárias novas pesquisas, com amostras maiores e socioculturalmente diversificadas, para que uma generalização dos resultados seja possível.

De qualquer forma, é importante saber que a maior parte dos participantes estava conseguindo interagir com o parceiro de forma positiva em relação aos cuidados com os filhos, o que mostra que a relação coparental positiva foi um padrão possível e presente nessa amostra. Com base nessa informação, pode-se elaborar e testar intervenções para tentar ajudar casais, que estejam enfrentando problemas, a atingir esse padrão. Ademais, esses dados apontam a necessidade de que sejam criadas estratégias capazes de mostrar aos casais com dificuldades em sua relação coparental a importância da participação em estudos dessa natureza, pela oportunidade de refletir sobre o tema e tentar buscar estratégias para desenvolver interações mais positivas e, ao mesmo tempo, contribuir para a realização de estudos de validação de instrumentos que possam ser usados futuramente para avaliar intervenções desenvolvidas com a função de ajudar casais com dificuldades.

Comparação entre os escores médios obtidos em cada subescala, divididos por gênero (mães e pais)

Para verificar a influência de padrões culturais que podem levar homens e mulheres a perceberem a coparentalidade de forma diferente, foram comparados os escores médios para cada subescala do instrumento (Figura 3).

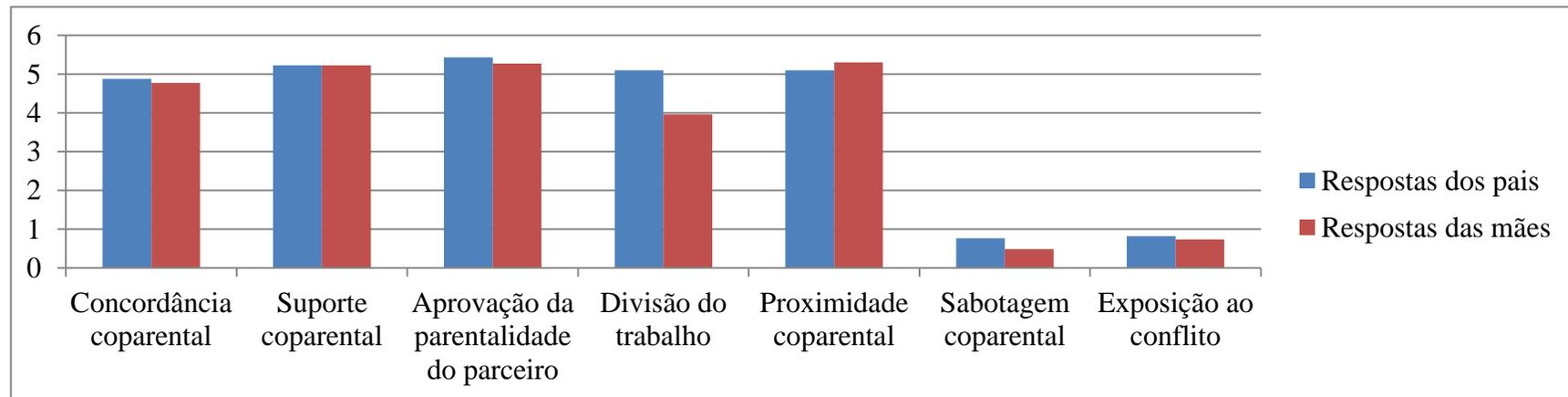


Figura 3. Médias das respostas das 25 mães e dos 25 pais.

Com base nos resultados apresentados, é possível observar que as médias das respostas dadas pelas mães e pelos pais apresentaram valores semelhantes em seis das sete subescalas. Apenas as médias da subescala “Divisão do trabalho” apresentaram uma diferença estatisticamente significativa, sendo que a média das mulheres foi consideravelmente menor do que a média das respostas dos homens, $t(24) = 3,024$; $p = 0,006$. Esse resultado aponta para uma menor satisfação por parte das mulheres com a divisão do trabalho relacionado com a criação dos filhos, em comparação aos homens.

Embora não tenham sido encontradas diferenças na maioria das subescalas, ainda existe uma diferença entre os gêneros, que parece estar relacionada com questões práticas envolvendo a criação dos filhos. Ou seja, ainda existe uma diferença entre homens e mulheres em relação à sua percepção da adequação da divisão de tarefas, sendo que os homens estão muito mais satisfeitos do que as mulheres com essa divisão, o que pode indicar que as mulheres ainda realizam uma quantidade de tarefas muito maior. Esse resultado corrobora os dados encontrados por Vanalli (2012) de que as mulheres relatavam dedicar uma quantidade superior de horas a trabalhos familiares, quando comparadas com os homens.

Além disso, nota-se que os casais da presente pesquisa avaliaram suas relações coparentais como bastante positivas, ou seja, pode ser que estudos com amostras maiores e mais representativas (contendo casais com relações coparentais conflituosas) apontem para diferenças de gênero em um maior número de subescalas.

Comparação de padrões de coparentalidade em culturas diferentes

Os escores médios obtidos em cada uma das subescalas após a aplicação do instrumento adaptado (ERC) na amostra da presente pesquisa foram comparados com os dados equivalentes, obtidos com a aplicação do instrumento (CRS) na sua versão original (estadunidense) (Feinberg et al., 2012). Na Tabela 11, são apresentadas as médias dos escores dados pelas mães e pelos pais, separadamente, para cada subescala, acompanhadas pelo desvio padrão de cada uma, para a amostra brasileira (25 mães e 25 pais) e para a amostra americana (139 mães e 129 pais).

Tabela 11

Escores nas Subescalas da ERC para as Amostras Brasileira e Americana

Subescala		Mães		País	
		BR	EUA*	BR	EUA
Aprovação da parentalidade do parceiro	<i>M</i>	5.27	4.86	5.43	5.30
	<i>dp</i>	0.86	0.96	0.58	0.66
Suporte coparental	<i>M</i>	5.23	4.38	5.23	4.31
	<i>dp</i>	0.67	1.26	0.83	1.19
Proximidade coparental	<i>M</i>	5.30	4.65	5.10	4.67
	<i>dp</i>	0.59	1.16	0.76	1.02
Concordância coparental	<i>M</i>	4.77	4.80	4.88	4.63
	<i>dp</i>	1.12	1.08	1.03	1.10
Divisão do trabalho	<i>M</i>	3.96	4.40	5.10	5.30
	<i>dp</i>	1.64	1.50	0.98	1.01
Exposição ao conflito	<i>M</i>	0.74	0.82	0.82	0.89
	<i>dp</i>	0.68	0.86	0.66	0.76
Sabotagem coparental	<i>M</i>	0.49	0.74	0.77	0.86
	<i>dp</i>	0.50	0.95	0.72	0.93

Nota: *Dados referentes à onda 4 do estudo (criança com 3 anos de idade), por ser a que mais se aproxima da idade dos filhos dos casais da amostra da presente pesquisa (3 a 6 anos).

BR = Resultados de Carvalho, 2016; EUA = Resultados de Feinberg et al., 2012

Na Tabela 12, são apresentadas as diferenças entre as médias para as mães e para os pais, nos dois estudos, assim como os valores do *Teste-t* para essas diferenças. Ainda que a amostra da presente pesquisa seja pequena, optou-se por realizar essa comparação entre os dados, de forma a se obter um primeiro indicador de possíveis diferenças ou similaridades culturais entre casais no país de origem do instrumento e casais brasileiros.

Tabela 12

Diferenças entre as Médias nas Subescalas da ERC para as Amostras Brasileira e Americana

Subescala	Mães		Pais	
	≠s entre as médias	<i>t</i>	≠s entre as médias	<i>t</i>
Aprovação da parentalidade	0.41	3.25*	0.13	1.51
Suporte coparental	0.85	7.05*	0.92	6.89*
Proximidade coparental	0.65	6.02*	0.43	3.61*
Concordância coparental	-0.03	0.19	0.25	1.67
Divisão do trabalho	-0.44	1.93	-0.20	1.42
Exposição ao conflito	-0.08	0.76	-0.07	0.71
Sabotagem coparental	-0.25	2.78*	-0.09	0.81

Nota: *Valores de $t > 1.99$ são estatisticamente significativos para um teste bicaudal ($p < 0.05$).

A comparação entre médias das mães da amostra brasileira e da amostra americana para cada uma das subescalas do instrumento indicou a presença de diferenças estatisticamente significativas em quatro das subescalas (Aprovação da parentalidade do parceiro, Suporte coparental, Proximidade coparental e Sabotagem coparental), sendo que as médias das mães brasileiras foram mais altas para as subescalas envolvendo componentes positivos da relação coparental e mais baixa na subescala referente a um componente negativo. Em relação aos pais, foram observadas diferenças estatisticamente significativas em duas das subescalas do instrumento (Suporte coparental e Proximidade coparental), sendo que, nos dois casos, as médias dos pais brasileiros foram mais altas, quando comparadas com as médias dos pais americanos.

Além de não ter informações sobre notas de corte e normas para o instrumento de coparentalidade, é difícil saber o quanto essas diferenças refletem diferenças culturais e

o quanto refletem diferenças no procedimento de recrutamento de participantes. Os participantes estadunidenses preencheram o instrumento em formato de questionário, enquanto os brasileiros foram entrevistados. Além disso, os participantes americanos foram convidados para um estudo no qual participariam de um programa de intervenção para melhorar a relação coparental. Por fim, os filhos dos pais americanos eram mais novos (3 anos), em comparação com os filhos dos pais brasileiros (3 a 6 anos), o que pode explicar escores mais baixos na amostra estadunidense, em função destes terem tido menos tempo para resolver dificuldades de adaptação à relação coparental e por ainda estarem enfrentando demandas mais constantes de organização de tarefas para suprir as necessidades dos seus filhos pequenos.

Por outro lado, ainda que existam essas diferenças de procedimento, as diferenças encontradas entre as médias parecem indicar a existência de possíveis diferenças culturais, já que foram observadas em algumas subescalas, mas não em outras. Esses dados apontam para a necessidade de novos estudos comparando diferentes culturas, com amostras e procedimentos semelhantes, a fim de verificar a real existência dessas diferenças e, caso confirmadas, quais seriam as variáveis culturais que influenciam o estabelecimento da relação coparental e as percepções acerca da mesma.

Ainda sobre a questão de possíveis semelhanças ou diferenças culturais, foram examinados os escores médios no instrumento, divididos por sexo, do estudo de Boing (2014). A autora utilizou a versão portuguesa do CRS (com algumas adaptações linguísticas) em uma amostra de 12 casais que tinham pelo menos um filho com idade entre 5 e 7 anos e que residiam nos municípios de Florianópolis e São José, em Santa Catarina. Na Tabela 13 são apresentadas as médias das mães e dos pais para as amostras do Sul e da presente pesquisa.

Tabela 13

Escores nas Subescalas da ERC para as Amostras do Sudeste e do Sul do Brasil

Subescala		Mães		Pais	
		Sudeste	Sul	Sudeste	Sul
Aprovação da parentalidade do parceiro	<i>M</i>	5.27	5.40	5.43	5.23
	<i>dp</i>	0.86	0.60	0.58	0.37
Suporte coparental	<i>M</i>	5.23	5.01	5.23	5.23
	<i>dp</i>	0.67	0.85	0.83	0.79
Proximidade coparental	<i>M</i>	5.30	5.17	5.10	5.20
	<i>dp</i>	0.59	0.68	0.76	0.90
Concordância coparental	<i>M</i>	4.77	4.73	4.88	4.53
	<i>dp</i>	1.12	1.17	1.03	0.82
Divisão do trabalho	<i>M</i>	3.96	3.67	5.10	3.92
	<i>dp</i>	1.64	2.20	0.98	1.56
Exposição ao conflito	<i>M</i>	0.74	0.75	0.82	1.15
	<i>dp</i>	0.68	0.51	0.66	0.98
Sabotagem coparental	<i>M</i>	0.49	0.24	0.77	0.85
	<i>dp</i>	0.50	0.30	0.72	1.00

Nota: Sudeste = Resultados de Carvalho, 2016; Sul = Resultados de Boing, 2014

Na Tabela 14, são apresentados os valores referentes às diferenças entre as médias e ao *Teste-t* para cada subescala do instrumento. Ainda que as duas amostras sejam pequenas, optou-se por realizar essa comparação entre os dados, de forma a se obter um primeiro indicador de possíveis diferenças ou similaridades culturais entre casais de duas regiões do Brasil.

Tabela 14

Diferenças entre as Médias nas Subescalas da ERC para as Amostras do Sudeste e do Sul do Brasil

Subescala	Mães		Pais	
	≠s entre as médias	<i>t</i>	≠s entre as médias	<i>T</i>
Aprovação da parentalidade	-0.13	1.16	0.20	2.72*
Suporte coparental	0.22	2.13*	0	0
Proximidade coparental	0.13	1.48	-0.10	0.88
Concordância coparental	0.04	0.25	0.35	2.54*
Divisão do trabalho	0.29	1.13	1.18	7.19*
Exposição ao conflito	-0.01	0.11	-0.33	3.07*
Sabotagem coparental	0.25	4.00*	-0.08	0.70

Nota: * Valores de $t > 2.10$ são estatisticamente significativos para um teste bicaudal ($p < 0.05$).

A comparação entre médias das mães da região Sudeste e da região Sul para cada uma das subescalas do instrumento indicou a presença de diferenças estatisticamente significativas em duas das subescalas (Suporte coparental e Sabotagem coparental), sendo que as médias das mães da região Sudeste foram mais altas. Em relação aos pais, foram observadas diferenças estatisticamente significativas em quatro das subescalas do instrumento (Aprovação da parentalidade do parceiro, Concordância coparental, Divisão do trabalho e Exposição da criança a conflitos), sendo que as médias dos pais da região Sudeste foram mais altas nas subescalas que representam componentes positivos da coparentalidade e mais baixa na subescala que representa um componente negativo. No entanto, embora as diferenças entre as médias tenham sido significativas, acredita-se que seja importante considerar critérios clínicos. Nesse sentido, uma diferença nas médias de até 0,35 pontos em uma escala de seis pontos não parece ser clinicamente muito diferente.

Em relação às semelhanças entre os resultados, foram levantadas algumas hipóteses explicativas: (a) são duas regiões brasileiras com condições de vida e padrões culturais similares, especialmente em relação à escolaridade e à inserção de mulheres no mercado de trabalho; (b) há uma diferença de tempo de um ou dois anos, apenas, entre o período de realização das coletas de dados nos dois estudos, de forma que é pouco provável que tenham acontecido, nesse intervalo, alterações culturais de grande porte na percepção da relação coparental, nessas duas regiões e (c) os respondentes de ambos os estudos foram entrevistados, de forma que a influência do fator de auto seleção, favorecendo a participação de casais com relações coparentais positivas, seria similar nos dois estudos.

Com base nesses resultados, nota-se a relevância da realização de novos estudos, com amostras maiores, que permitam comparações mais acuradas entre as médias apresentadas por mães e pais nessas duas regiões. Além disso, as altas médias nas subescalas positivas e baixas nas subescalas negativas encontradas nesses dois estudos alertam para a importância da criação, por parte dos pesquisadores, de estratégias capazes de convencer os casais com relações coparentais conflituosas sobre a importância da participação em pesquisas científicas.

Conclusões

Conclui-se que a ERC parece ser um instrumento de coparentalidade com potencial para uso no Brasil, já que os participantes demonstraram compreensões similares acerca de quase todos os itens, em acordo com o conceito de coparentalidade proposto por Feinberg em relação aos efeitos (positivos ou negativos) de cada comportamento. Também foi possível concluir que a relação coparental positiva é um padrão possível e presente entre os casais participantes e que este padrão parece existir no Sudeste e no Sul do Brasil e nos Estados Unidos, o que apoia a ideia de elaborar

intervenções com a função de prevenção primária, para ajudar casais a desenvolverem este mesmo padrão de coparentalidade positiva. A prevenção primária de dificuldades de desenvolvimento se define por “ações que visam reduzir a incidência de determinadas condições de excepcionalidade por meio da identificação, remoção ou redução dos fatores de risco” (Nunes, 1995, citado por Gravena, 2006). A preocupação com a interação estabelecida entre os membros dos casais e o preparo de intervenções com a função de melhorar as interações que estiverem conflituosas funcionam como uma prevenção primária, podendo ter, inclusive, uma influência positiva no desenvolvimento dos filhos desses casais.

No entanto, é importante ressaltar que esse estudo apresenta algumas limitações: (a) o tamanho da amostra na etapa de avaliação da equivalência de mensuração, composta por 25 casais (50 participantes), que pode ser considerada pequena e (b) a homogeneidade da amostra, visto que os valores mínimos observados e as médias das subescalas representando dimensões positivas da coparentalidade foram altas e os valores máximos observados e as médias das subescalas representando dimensões negativas foram baixas, o que indica que faziam parte da composição da amostra apenas casais que estavam estabelecendo uma relação coparental positiva.

Diante disso, como direções para pesquisas futuras, sugere-se a realização de outros estudos que demonstrem evidências de validade da versão brasileira do instrumento baseadas na estrutura interna. Inicialmente, será importante verificar se as subescalas da ERC apresentam maior consistência interna, quando avaliadas com uma amostra maior, mais diversificada e que contenha pais com filhos mais novos. A seguir, deve-se investigar se a estrutura interna do instrumento se apresenta da mesma forma no contexto brasileiro, em comparação com a estrutura do instrumento original, por meio de uma análise fatorial confirmatória. Além disso, devem ser realizados estudos para

analisar as evidências de validade da ERC baseadas nas relações com variáveis externas, com o objetivo de demonstrar relações entre a coparentalidade e outros construtos que, pela literatura, espera-se que estejam relacionados.

Ainda em relação a estudos futuros, seria importante pesquisar outros tipos de configurações familiares, como, por exemplo, famílias de casais divorciados, com o objetivo de investigar as implicações do divórcio e as mudanças que podem ocorrer na relação coparental estabelecida. Também seria relevante estudar famílias formadas por casais homoafetivos, na medida em que a presença de filhos se torne mais frequente entre esses casais, favorecendo a necessidade do estabelecimento de uma relação coparental entre os pais ou as mães para organizar e negociar os cuidados em relação a esses filhos.

Considerações Finais

Além da realização das etapas seguintes do processo de validação da ERC, também seria importante desenvolver normas para identificar de forma acurada casais com altos níveis de desajuste coparental. Em paralelo, se faz importante o desenvolvimento de intervenções com a função de ajudar casais com dificuldades a estabelecerem interações positivas, quando estiverem combinando e negociando os cuidados em relação aos filhos.

Referências

- Abidin, R. R., & Brunner, J. F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 24*(1), 31-40.
- Amato, P.R. (2005). The impact of family formation change on the cognitive, social, and emotional well-being of the next generation. *Future Child, 15*, 75-96.
- Anfara, V. A., Brown, K. M., & Mangione, T. L. (2002). Qualitative analysis on stage: Making the research process more public. *Educational Researcher, 31*, 28-38.
- Barzel, M., & Reid, G. J. (2011a). A preliminary examination of the psychometric properties of the coparenting questionnaire and the diabetes-specific coparenting questionnaire in families of children with Type I Diabetes. *Journal of Pediatric Psychology, 36*(5), 606-617.
- Barzel, M., & Reid, G. J. (2011b). Coparenting in relation to children's psychosocial and diabetes-specific adjustment. *Journal of Pediatric Psychology, 36*(5), 618-629.
- Beaton, D.E.; Bombardier, C.; Guillemin, F. & Ferraz, M.B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine, 25*(24), 3186-3191.
- Bögels, S. M., Hellemans, J., Deursen, S., Römer, M., & Meulen, R. (2014). Mindful parenting in mental health care: Effects on parental and child psychopathology, parental stress, parenting, coparenting, and marital functioning. *Mindfulness, 5*(5), 536-551.
- Boing, E. (2014). *Relações entre Coparentalidade, Funcionamento Familiar e Estilos Parentais em uma Perspectiva Intergeracional*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

- Bonds, D. D., & Gondoli, D. M. (2007). Examining the process by which marital adjustment affects maternal warmth: The role of coparenting support as a mediator. *Journal of Family Psychology, 21*(2), 288-296.
- Bouchard, G. (2014). The quality of the parenting alliance during the transition to parenthood. *Canadian Journal of Behavioural Science, 46*(1), 20-28.
- Brown, L. D., Goslin, M. C., & Feinberg, M. E. (2012). Relating engagement to outcomes in prevention: The case of a parenting program for couples. *American Journal of Community Psychology, 50*(1-2), 17-25.
- Burney, R. V., & Leerkes, E. M. (2010). Links between mothers' and fathers' perceptions of infant temperament and coparenting. *Infant Behavior and Development, 33*(2), 125-135.
- Cia, F. (2009). *Um Programa para Aprimorar Envolvimento Paterno: Impactos no Desenvolvimento do Filho*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Cook, J. C., Buckley, C. K., Schoppe-Sullivan, S. J. & Davis, E. F. (2009). Are some children harder to coparent than others? Children's negative emotionality and coparenting relationship. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 606-610.
- Cooper, C.L., & Lewis, S. (2000). *E Agora, Trabalho ou Família: Pais e Mães que Trabalham fora Aprendem como Enfrentar as Sobrecargas Profissionais e Familiares do Dia-a-dia* (1ª ed.). São Paulo: Editora Tamisa.
- Dancey, C. P., & Reid, J. (2013). *Estatística sem Matemática para Psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Doss, B. D., Cicila, L. N., Hsueh, A. C., Morrison, K. R., & Carhart, K. (2014). A randomized controlled trial of brief coparenting and relationship interventions during the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology, 28*(4), 483-494.

- Elliston, D., McHale, J., Talbot, J., Parmley, M., & Kuersten-Hogan, R. (2008). Withdrawal from coparenting interactions during early infancy. *Family Process*, 47(4), 481-499.
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting*, 3, 85-131.
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parent: Science and Practice*, 12(1), 1-21.
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Goslin, M. C., & Kan, M. L. (2010). Effects of Family Foundations on parents and children: 3.5 years after baseline. *Journal of Family Psychology*, 24(5), 532-542.
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(3), 84-94.
- Gravena, A. C. (2006). *Retorno ao Trabalho após o Nascimento de um Filho: Percepções de Professoras sobre sua Experiência*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Groenendyk, A. E., & Volling, B. L. (2007). Coparenting and early conscience development in the family. *Journal of Genetic Psychology*, 168(2), 201-224.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Guillemin, F., Bombardier, C., & Beaton, D. (1993). Cross-cultural adaptation of health-related quality of life measures: Literature review and proposed guidelines. *Journal of Clinical Epidemiology*, 46(12), 1417-1432.

- Herdman, M., Fox-Rushby, J., & Badia, X. (1997). "Equivalence" and the translation and adaptation of health-related quality of life questionnaires. *Quality of Life Research*, 6, 237-247.
- Herdman, M., Fox-Rushby, J., & Badia, X. (1998). A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQoL instruments: The universalist approach. *Quality of Life Research*, 7, 323-335.
- Holland, A. S., & McElwain, N. L. (2013). Maternal and paternal perceptions of coparenting as a link between marital quality and the parent-toddler relationship. *Journal of Family Psychology*, 27(1), 117-126.
- Kan, M. L., & Feinberg, M. E. (2015). Impacts of a coparenting-focused intervention on links between pre-birth intimate partner violence and observed parenting. *Journal of Family Violence*, 30, 363-372.
- Kim, B. & Teti, D. M. (2014). Maternal emotional availability during infant bedtime: An ecological framework. *Journal of Family Psychology*, 28(1), 1-11.
- Kwok, S. Y. C. L., Cheng, L., Chow, B. W. Y., & Ling, C. C. Y. (2015). The spillover effect of parenting on marital satisfaction among Chinese mothers. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 772-783.
- Kolak, A. M., & Volling, B. L. (2007). Parental expressiveness as a moderator of coparenting and marital relationship quality. *Family Relations*, 56(5), 467-478.
- Konold T. R. & Abidin R. R. (2001). Parenting alliance: A multifactor perspective. *Assessment*, 8, 47-65.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 334-344.

- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Medida da aliança parental: validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 40(6), 215-219.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 19-28.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 15(1), 205-216.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage & the Family*, 52, 141-155.
- Machado, F. R. (2009). *A Qualidade do Relacionamento Conjugal e o Desempenho Social de Crianças Pequenas*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Machado, I. M. J. (2013). *Adaptação Transcultural para o Brasil de Duas Escalas de Aderência de Pacientes à Hemodiálise*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil.
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001) Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21.
- McDaniel, B. T., & Teti, D. M. (2012). Coparenting quality during the first three months after birth: The role of infant sleep quality. *Journal of Family Psychology*, 26(6), 886-895.
- McHale, J. P. (1997). Overt and Covert Coparenting Processes in the Family. *Family Process*, 36, 183-201.

- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., Lauretti, A. & Rasmussen, J. L. (2000). Parental reports of coparenting and observed coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology, 14*(2), 220-236.
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004) Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development, 11*(3), 221-234.
- Morrill, M. I., Hines, D. A., Mahmood, S. & Córdova, J. V. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process, 49*(1), 59–73.
- Norlin, D., & Broberg, M. (2013). Parents of children with and without intellectual disability: Couple relationship and individual wellbeing. *Journal of Intellectual Disability Research, 57*(6), 552-566.
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Santos et al. (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp. 101-127). Brasília: CFP.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 28*(1), 116-125.
- Pedro, M. F., Ribeiro, T., & Shelton, K. H. (2012). Marital satisfaction and partners' parenting practices: The mediating role of coparenting behavior. *Journal of Family Psychology, 26*(4), 509-522.
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica, 23*(1), 103-118.
- Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. (2007). Operacionalização de adaptação transcultural de instrumentos de aferição usados em epidemiologia. *Revista de Saúde Pública, 41*, 665-673.

- Sadler, G. R., Lee, H., Lim, R. S. & Fullerton, J. (2010). Recruitment of hard-to-reach population subgroups via adaptations of the snowball sampling strategy. *Nursing and Health Sciences, 12*, 369–374.
- Schoppe, S. J., Mangelsdorf, S. C., & Frosch, C. A. (2001). Coparenting, family process and family structure: Implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology, 15*(3), 526-545.
- Schrodt, P., & Shimkowski, J. R. (2013). Feeling caught as a mediator of co-parental communication and young adult children's mental health and relational quality. *Journal of Social and Personal Relationships, 30*(8), 977-999.
- Segall, M. H., Lonner, W. J., & Berry, J. W. (1998). Cross-cultural psychology as a scholarly discipline: On the flowering of culture in behavioral research. *American Psychologist, 53*(10), 1101-1110.
- Sifuentes, M., & Bosa, C. A. (2010). Criando pré-escolares com autismo: características e desafios da coparentalidade. *Psicologia em Estudo, 15*(3), 477-485.
- Song, J., & Volling, B. L. (2015). Coparenting and children's temperament predict firstborns' cooperation in the care of an infant sibling. *Journal of Family Psychology, 29*(1), 130-135.
- Stright, A. D., & Bales, S. S. (2003). Coparenting quality: contributions of child and parent characteristics. *Family Relations, 52*(3), 232-240.
- Talbot, J. A., & McHale, J. P. (2004). Individual parental adjustment moderates the relationship between marital and coparenting quality. *Journal of Adult Development, 11*(3), 191-205.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2011). The coparenting inventory for parents and adolescents (CI-PA): Reliability and validity. *European Journal of Psychological Assessment, 27*(3), 206-215.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artmed.

- Vanalli, A. C. G. (2012). *Conciliação entre Profissão, Conjugalidade e Paternidade para Homens e Mulheres com Filhos na Primeira Infância*. Tese de doutorado, Programa de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Van-Egeren, L., & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*, 165-178.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*(2), 181-186.
- Whitesell, C. J., Teti, D. M., Crosby, B., & Kim, B. (2015). Household chaos, sociodemographic risk, coparenting, and parent-infant relations during infants' first year. *Journal of Family Psychology, 29*(2), 211-220.

ANEXO A

Dados psicométricos para os instrumentos de coparentalidade que atingiram aos critérios de seleção

	Coparenting Scale (CS)	Parenting Alliance Measure (PAM)	Coparenting Questionnaire (CQ)	Perceptions of Coparenting Partners Questionnaire (PCPQ)	Coparenting Relationship Scale (CRS)
Análise fatorial exploratória	4 fatores: integridade da família, conflito, depreciação e repreensão	2 fatores: respeito e comunicação/ trabalho em equipe	3 fatores: cooperação, triangulação e conflitos	-----	7 fatores: concordância coparental, proximidade coparental, exposição ao conflito, suporte coparental, sabotagem coparental, aprovação da parentalidade do parceiro e divisão do trabalho
Análise fatorial confirmatória	-----	A solução de dois fatores foi confirmada	A solução de três fatores foi confirmada	-----	A solução de sete fatores foi confirmada e a estrutura mostrou-se estável ao longo do tempo
Precisão por consistência interna	Integridade da família $\alpha = 0.82$ Depreciação $\alpha = 0.74$ Conflito $\alpha = 0.79$ Repreensão $\alpha = 0.59$	Respeito $\alpha = 0.82$ Comunicação e Trabalho em Equipe $\alpha = 0.97$	Cooperação α entre 0.69 e 0.80 Triangulação α entre 0.73 e 0.84 Conflitos α entre 0.74 e 0.84 (mães pais, 3 amostras)	Suporte α entre 0.73 e 0.77 Sabotagem α entre 0.58 e 0.70	Concordância coparental α entre 0.66 e 0.74 Proximidade coparental α entre 0.75 e 0.83 Exposição ao conflito α entre 0.81 e 0.90 Suporte coparental α entre 0.86 e 0.89 Sabotagem coparental

α entre 0.80 e 0.85
 Aprovação da parentalidade
 do parceiro
 α entre 0.61 e 0.88
 Divisão do trabalho: -
 (mães e pais, 3 ondas de
 coleta)

		<u>CQ x CS</u>			
Validade convergente	<u>CS - Conflito x FES – Conflito</u> Mãe: $r = 0.49^{**}$ Pai: $r = 0.49^{**}$		Cooperação 0.48 ^{**} (mãe); 0.61 ^{**} (pai) Conflito -0.54 ^{**} (mãe); -0.42 ^{**} (pai) Triangulação -0.58 ^{**} (mãe); -0.58 ^{**} (pai)		
	<u>CS - Conflito x QCS – Conflito</u> Mãe: $r = 0.56^{**}$ Pai: $r = 0.63^{**}$		<u>CQ x PAM</u> Cooperação 0.72 ^{**} (mãe); 0.63 ^{**} (pai) Conflito -0.75 ^{**} (mãe); -0.60 ^{**} (pai) Triangulação -0.64 ^{**} (mãe); -0.57 ^{**} (pai)		
Validade discriminante					<u>Escore total do CRS x Desejabilidade social</u> Mãe: $r = 0.25^{**}$; Pai: <i>ns</i>
Testes avaliando construtos relacionados		<u>PAM x Qualidade Conjugal (DAS)</u> Mãe: $r = 0,53^{**}$ Pai: $r = 0,54^{**}$	<u>CQ x Qualidade Conjugal</u> Cooperação: 0,51 ^{***} Conflito: -0.56 ^{***} Triangulação: -0,44 ^{***}	<u>Suporte coparental x Ajustamento conjugal (DAS)</u> Mães: 0.52 ^{**} Pais: 0.56 ^{**}	<u>CRS x Amor do casal: r's entre 0.60^{***} e 0.76^{***}</u> <u>CRS x Eficácia do casal</u> Mãe: $r = 0.65^{***}$; Pai: $r = 0.61^{***}$
		<u>PAM x Qualidade Conjugal (QMI)</u> Mãe: $r = 0.28^*$			

Pai: $r = 0.46^{**}$	<u>CQ x Ajustamento conjugal (DAS)</u>	<u>Sabotagem coparental x Ajustamento conjugal (DAS)</u>	<u>CRS x Qualidade do casamento: r's entre .64^{***} e .71^{***}</u>
<u>PAM x Práticas Parentais (APQ)</u>	Cooperação	Mães: -0.48 ^{**}	<u>CRS x Sexo e Romance</u>
Mãe: $r = 0.36^{**}$	Conflito	Pais: -0.46 ^{**}	r 's entre 0.20* e 0.43 ^{***}
Pai: $r = 0.52^{**}$	Triangulação		
<u>PAM^a x Problemas de comportamento dos filhos (CBCL)</u>	-0,25* (mãe), -0.54 ^{**} (pai)	<u>PCPQ x Personalidade dos pais (NEO Five-Factor Inventory)</u>	<u>CRS x Conflitos do casal: r's entre -0.34^{***} e -0.61^{***}</u>
$r = -0.39^{**}$	<u>CQ x Conflito Conjugal (Marital Coding System)</u>	Mãe: $r = 0.52^{**}$	
	-0.61 ^{**} (mãe) -0.66 ^{**} (pai)	Pai: <i>ns</i>	<u>CRS x Argumentação ineficaz</u>
<u>PAM x Estresse Parental (FIQ)</u>	<u>CQ x Estresse Parental (PSI)</u>		Mãe: $r = -0.62^{***}$
Mãe: $r = -0.032^{**}$	Cooperação	<u>Sabotagem x Afetividade negativa da criança (Children's Behavior Questionnaire – Very Short Form)</u>	Pai: $r = -0.53^{***}$
Pai: $r = -0.37^{**}$	Conflito	Mães: 0.21*	<u>CRS x Propensão ao divórcio</u>
	Triangulação	Pais: <i>ns</i>	r 's entre -0.38 ^{***} e -0.72 ^{***}
	0,65 ^{**} (mãe); 0.32* (pai)		
	<u>CQ x problemas externalizantes (CBCL)</u>		<u>Coparentalidade positiva x sintomas depressivos das mães (SCL-90-R)</u>
	Conflitos		-0.56 ^{**}
	0.56* (mãe); 0.56* (pai)		
	Triangulação		<u>Coparentalidade negativa x sintomas depressivos das mães (SCL-90-R)</u>
	0.31* (mãe); 0.38* (pai)		0.43 ^{**}
	<u>CQ x problemas internalizantes (CBCL)</u>		
	Cooperação		<u>Coparentalidade x sintomas depressivos (SCL-90-R)</u>
	<i>ns</i> (mãe); -0,39* (pai)		-0.47 ^{***} (mãe)
	Conflitos		
	0.35*(mãe); 0.57* (pai)		

Triangulação <i>ns</i> (mãe); 0.39* (pai)	<u>PCPQ x</u> <u>Temperamento da</u> <u>criança (Child</u> <u>Behavior</u> <u>Questionnaire)</u> Mães: <i>ns</i> ; Pais: <i>ns</i>	- 0.44*** (pai)
<u>CQ x Práticas Parentais (PS)</u> Cooperação: <i>ns</i> Conflito 0.47** (mãe); <i>ns</i> (pai) Triangulação 0.45** (mãe); 0.37** (pai)		<u>Coparentalidade positiva x</u> <u>afetividade negativa da</u> <u>criança: -0,32**</u> <u>Coparentalidade negativa x</u> <u>afetividade negativa da</u> <u>criança: 0,36**</u>
<u>CQ x Práticas Parentais</u> <u>(EMBU-P)</u> Cooperação e suporte emocional 0.28** (mãe); 0.52** (pai) Cooperação e controle 0.11* (mãe), 0.24** (pai) Cooperação e rejeição -0.12* (mãe), -0.12* (pai) Conflito e suporte emocional -0.27** (mãe); -0.34** (pai) Conflito e controle: <i>ns</i> Conflito e rejeição 0.22** (mãe); 0.35** (pai) Triangulação e suporte emocional -0.11* (mãe); -0.24** (pai) Triangulação e controle: <i>ns</i> Triangulação e rejeição 0.20* (mãe); 0.28** (pai)		<u>Coparentalidade positiva x</u> <u>regulação da criança: 0,37**</u> <u>Coparentalidade negativa x</u> <u>regulação da criança: ns</u>

Validade de
critério

Estudos experimentais	Grupo de intervenção: provocou 0.13 <i>dp</i> de aumento na integridade familiar; diminuiu 0.28 <i>dp</i> na depreciação; diminuiu 0.47 <i>dp</i> nos conflitos na frente da criança ^b	Grupo de intervenção: provocou 0.54 <i>dp</i> de aumento na coparentalidade ^c	-----	-----	Grupo de intervenção: 1 <i>dp</i> de aumento em CRS = -.67 no escore de conflitos do casal Grupo controle: 1 <i>dp</i> de aumento em CRS = -.32 no escore de conflitos do casal
					Grupo de intervenção: 1 <i>dp</i> de aumento em CRS = -.45 no escore de propensão ao divórcio Grupo controle: 1 <i>dp</i> de aumento em CRS = -.37 no escore de propensão ao divórcio (onda 3)
					Grupo de intervenção: 1 <i>dp</i> de aumento em CRS = -.49 no escore de propensão ao divórcio Grupo controle: 1 <i>dp</i> de aumento em CRS = -.38 no escore de propensão ao divórcio (onda 4)

Nota: ^aVersão portuguesa reduzida do PAM; ^bVersão holandesa do CS; ^cVersão portuguesa do PAM

* $p < .05$; ** $p < .01$, *** $p < .001$

ANEXO B

Formulário para a adaptação do *Coparenting Relationship Scale*

Identificação:

Profissão:

Especialidade:

Informações Gerais

Você está participando do projeto de pesquisa: “Um instrumento psicométrico de coparentalidade: adaptação transcultural e evidências iniciais de validade interna”. O objetivo principal deste estudo é submeter um instrumento psicométrico, previamente selecionado com base em uma revisão da literatura, a uma série de análises que fazem parte do processo de adaptação transcultural. Esse instrumento avalia a coparentalidade (forma segundo a qual os pais trabalham juntos nos cuidados em relação aos filhos, focando o desempenho dos seus papéis de pais). A primeira etapa na adaptação transcultural de um instrumento psicométrico é verificar a equivalência semântica, que consiste inicialmente na tradução dos itens da versão original do instrumento para o idioma da cultura-alvo, no caso, o português (o que já foi realizada), e, depois, na retrotradução do instrumento, que se refere à tradução da versão em português de volta para o idioma original, no caso, o inglês (também já realizada). Em seguida, deve-se realizar a segunda etapa da avaliação da equivalência semântica do instrumento e a verificação da avaliação das equivalências conceitual, cultural e idiomática. Você está sendo convidada a participar desta etapa. Você deverá ler atentamente as informações gerais sobre o instrumento selecionado e a teoria que o fundamentou, que seguem abaixo. Após ler essas informações, você deverá avaliar os itens e instruções que fazem parte do instrumento, comparando as versões escritas em português com o original, em inglês, e: a) analisar se existe correspondência entre o significado das palavras no instrumento original e nos itens da escala adaptada (equivalência semântica); b) julgar se eles têm o mesmo significado, pensando no embasamento teórico (equivalência conceitual); c) avaliar se os comportamentos e pensamentos descritos existem nas duas culturas (brasileira e americana) e se teriam importância e significado muito similares

em cada cultura (equivalência conceitual); e d) avaliar a tradução realizada para o português, especialmente para expressões coloquiais na versão original, em inglês, por não existir a mesma expressão na língua da tradução (equivalência idiomática). Você deverá assinalar o “sim” se acreditar que há a equivalência descrita e assinalar o “não” se acreditar que a equivalência não existe. Além disso, caso assinale a alternativa negativa, você deve dar uma sugestão de como faria a tradução do item ou da instrução.

Breve introdução sobre a coparentalidade

Ao longo dos últimos 40 anos, ocorreram diversas mudanças no papel social de homens e mulheres. O modelo da geração anterior, segundo o qual a maior parte dos homens trabalhava fora de casa, sendo os provedores únicos para sua esposa e filhos, enquanto as mulheres casadas, via de regra, cuidavam da casa, do marido e dos filhos, foi substituído por um modelo no qual tanto homens quanto mulheres trabalham fora e cuidam da casa e dos filhos (Vanalli, 2012; Wagner, Predebom, Mosmann & Verza, 2005). Neste contexto, está surgindo um novo padrão de interação entre os pais e as mães para atender às necessidades dos filhos, conhecido como coparentalidade, que diz respeito à forma segundo a qual os pais trabalham juntos nos cuidados em relação aos filhos, focando o desempenho dos seus papéis de pais.

Esse conceito, por ser novo e atual, ainda não tem uma única definição ou modelo. O modelo de Feinberg (2002) é o mais frequentemente citado. Feinberg define a coparentalidade como um termo que se refere às maneiras como os pais (ou outras figuras parentais) se relacionam entre si no papel parental. Ele afirma que a coparentalidade ocorre quando os indivíduos têm sobreposição ou responsabilidade compartilhada na criação de uma criança específica, e consiste no apoio e coordenação (ou falta dela) que os pais apresentam na educação dos filhos.

Segundo esse autor, a relação coparental não inclui os aspectos romântico, sexual, de companheirismo, emocional, financeiro e legal do relacionamento entre os dois adultos, a não ser que estes aspectos se relacionem à educação dos filhos. Além disso, o termo coparentalidade não implica que os papéis de cada um dos membros do casal sejam ou deveriam ser iguais em autoridade ou responsabilidade. O grau de igualdade na relação coparental é determinado em cada caso pelas pessoas que dividem a

responsabilidade, as quais, por sua vez, são influenciadas pelo contexto social e cultural mais amplo (Feinberg, 2003).

Feinberg (2002) propõe que existem quatro componentes básicos da coparentalidade: a) apoio no papel parental, que se relaciona ao suporte que cada pai oferece ao outro: afirmação da competência do outro como pai, reconhecendo e respeitando as contribuições do outro, e sustentando as decisões e a autoridade do parceiro nas questões parentais; b) capacidade de lidar com divergências em relação a questões e valores que concernem à criação da criança, as quais envolvem diferenças de opinião sobre uma variedade de tópicos relacionados com a criança, incluindo os valores morais, disciplina, padrões educacionais e prioridades, segurança, entre outros; c) divisão de funções, tarefas e responsabilidades referentes às rotinas diárias, cuidados com a criança e às tarefas domésticas; assuntos financeiros, jurídicos e médicos; e outros deveres relacionados à criação da criança; d) gerenciamento dos pais de padrões interacionais na família, que abrangem três aspectos: conflitos, coligações (formar alianças com a criança, excluindo o cônjuge) e equilíbrio (níveis de envolvimento dos pais na interação com os filhos).

O Coparenting Relationship Scale

O *Coparenting Relationship Scale* é um instrumento que permite examinar a qualidade da coparentalidade. Esse instrumento já foi validado para a população americana (Feinberg, Brown & Kan, 2012) e portuguesa (Lamela, Figueiredo, & Feinberg, 2012) e apresentou boas propriedades psicométricas.

O *Coparenting Relationship Scale* é um instrumento de auto relato desenvolvido nos EUA, composto por 35 itens e dividido em sete subescalas: Concordância Coparental (*Coparenting Agreement*), Proximidade Coparental (*Coparenting Closeness*), Exposição ao Conflito (*Exposure to Conflict*), Suporte Coparental (*Coparenting Support*), Minar a Atuação Parental do Parceiro (*Coparenting Undermining*), Apoio à Atuação Parental do Parceiro (*Endorse Partner Parenting*) e Divisão do trabalho (*Division of Labor*). Cada subescala inclui de dois⁹ a sete itens. A medida gera uma pontuação global para a qualidade da coparentalidade.

⁹ Normalmente, as subescalas precisam incluir no mínimo três itens. Esta subescala (Divisão do Trabalho) é usada como se fossem itens independentes (não como parte de um fator).

Na literatura nacional, não foram localizados instrumentos que avaliassem a coparentalidade de casais, sendo somente encontrados estudos internacionais. Vários instrumentos psicométricos foram examinados e o *Coparenting Relationship Scale* foi escolhido para ser submetido a uma adaptação transcultural para o contexto brasileiro (1) por ser um instrumento atualizado e aprimorado, fruto de trabalhos e instrumentos anteriores, (2) por apresentar diversas informações sobre a validade interna e externa do instrumento, sendo que os dados psicométricos atendem ou superam níveis mínimos de qualidade; (3) por apresentar itens que, após serem examinados, mostraram um potencial para ser usados com pais e mães de crianças na faixa etária de 3 a 6 anos, mesmo que o instrumento ainda não tenha sido usado com essa faixa etária, o que permitiria a realização de uma intervenção precoce, caso seja identificada uma dificuldade na coparentalidade do casal, (4) ser de fácil aplicação; e (5) aparentar ser relevante ao contexto brasileiro.

A seguir, estão dispostos nas duas primeiras colunas (esquerda) os 35 itens da versão original do *Coparenting Relationship Scale* e os itens da versão em português do instrumento, como também, as instruções de aplicação do instrumento e as âncoras das escalas de resposta. Nas últimas três colunas, você deverá assinalar “sim” ou “não” para cada tipo de equivalência, sendo que uma sugestão deve ser dada caso a alternativa assinalada seja “não”.

Itens do instrumento

Itens da versão original	Itens da versão em português	Equivalência semântica (correspondência entre o significado das palavras)	Equivalência conceitual (mesmo significado, pensando no embasamento teórico)	Equivalência idiomática (comportamentos e pensamentos teriam importância e significado muito similares)	Equivalência cultural (avaliar a tradução para português, especialmente das expressões coloquiais)
1. I believe my partner is a good parent.	1. Eu acredito que meu parceiro é um bom pai.	() Sim () Não Sugestão:	() Sim () Não Sugestão:	() Sim () Não Sugestão:	() Sim () Não Sugestão:

ANEXO C

Questionário de dados sociodemográficos

Nome:
Idade: _____ anos
Estado civil:
Reside atualmente com a(o) mãe/pai da criança?
Número de filhos:
Idade dos filhos:
Renda familiar mensal:
Grau de instrução (se não for o provedor principal): <input type="checkbox"/> 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> 1º grau completo <input type="checkbox"/> 2º grau incompleto <input type="checkbox"/> 2º grau completo <input type="checkbox"/> superior incompleto <input type="checkbox"/> superior completo
Qual a sua profissão: _____
Qual a sua carga horária diária de trabalho? _____ horas
Qual seu horário de trabalho? <input type="checkbox"/> manhã <input type="checkbox"/> tarde <input type="checkbox"/> noite <input type="checkbox"/> horário comercial
Tempo de união com a/o companheira(o) atual: _____

ANEXO D

Critério de Classificação Econômica Brasil

Posse de Itens	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros					
Empregados domésticos					
Automóveis					
Microcomputador					
Lava louça					
Geladeira					
Freezer					
Lava roupa					
DVD					
Microondas					
Motocicleta					
Secadora de roupa					

Grau de Instrução do Chefe da Família

Analfabeto / Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo / Médio incompleto	2
Médio completo / Superior incompleto	4
Superior completo	7

Serviços Públicos

	Sim	Não
Água encanada	4	0
Rua pavimentada	2	0

ANEXO E

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Um instrumento psicométrico de coparentalidade: adaptação transcultural e evidências iniciais de validade interna

Pesquisador: Thaís Ramos de Carvalho

Área Temática:

Versão:

CAAE: 31636214.9.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 674.525

Data da Relatoria: 10/06/2014

Apresentação do Projeto:

Pesquisa a ser realizada com 52 pais de crianças pequenas, entre 3 e 6 anos. Será aplicado um questionário que será alvo de validação após o presente estudo.

Objetivo da Pesquisa:

"O objetivo primário deste trabalho é o de escolher um instrumento que meça a coparentalidade de maneira satisfatória, para depois submeter o instrumento escolhido às etapas de uma adaptação transcultural para investigar e avaliar algumas propriedades de uma versão brasileira deste instrumento."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descritos no TCLE:

"3. Sua participação na pesquisa pode gerar algum desconforto ou constrangimento, já que podem ser levantados para reflexão alguns pontos negativos que existem na forma como você e a mãe da criança se relacionam para cuidar de seu filho. Porém, essa reflexão pode te ajudar a analisar o modo como você interage com a mãe da criança, levando à busca por soluções, assim como melhores formas de se lidar com alguma situação difícil. Além disso, sua participação é muito importante para um melhor entendimento das habilidades que os casais estão desenvolvendo para se relacionar, um com o outro, nas questões que envolvem os cuidados dos seus filhos.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9883

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 674.525

a. Buscando evitar qualquer tipo de risco, tomamos os seguintes cuidados:

- As aplicações dos instrumentos serão feitas em ambiente com privacidade e com o mínimo movimento de pessoas não envolvidas na pesquisa;
- As respostas dadas aos instrumentos serão totalmente sigilosas, sendo desnecessária a identificação pelo nome."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa muito bem descrita e organizada, com documentos completos e TCLE muito claro. Cronograma contempla análise pelo CEP com tempo suficiente antes do início da coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não se aplica

Situação do Parecer:

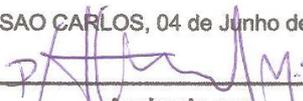
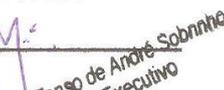
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO CARLOS, 04 de Junho de 2014


Assinado por:
Ricardo Carneiro Borra
(Coordenador) / 
Afonso de André Sobrinho
Secretário Executivo
ProPq/UFSCar

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

ANEXO F

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Versão das mães

1. Você está sendo convidada para participar da pesquisa “*Um instrumento psicométrico de coparentalidade: adaptação transcultural e evidências iniciais de validade interna*”.
2.
 - a. Você foi selecionada por ser mãe de uma criança com idade entre 3 e 6 anos e por conviver com esta. Sua participação não é obrigatória.
 - b. O presente estudo tem como objetivo avaliar o quanto os casais brasileiros conversam e planejam juntos os cuidados com os filhos. Além disso, objetiva-se investigar o quanto esses casais acreditam que ter os dois pais participando, o que chamamos de coparentalidade, é adaptativo para lidar com o papel parental nos tempos atuais.
 - c. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um instrumento sobre coparentalidade e, para cada item, dar exemplos que justifiquem a sua resposta. Além disso, responderá a um questionário contendo algumas perguntas sobre seu perfil sociodemográfico.
3. Sua participação na pesquisa pode gerar algum desconforto ou constrangimento, já que podem ser levantados para reflexão alguns pontos negativos que existem na forma como você e o pai da criança se relacionam para cuidar de seu filho. Porém, essa reflexão pode te ajudar a analisar o modo como você interage com o pai da criança, levando à busca por soluções, assim como melhores formas de se lidar com alguma situação difícil. Além disso, sua participação é muito importante para um melhor entendimento das habilidades que os casais estão desenvolvendo para se relacionar, um com o outro, nas questões que envolvem os cuidados dos seus filhos.

Buscando evitar qualquer tipo de risco, tomamos os seguintes cuidados:

 - As aplicações dos instrumentos serão feitas em ambiente com privacidade e com o mínimo movimento de pessoas não envolvidas na pesquisa;
 - As respostas dadas aos instrumentos serão totalmente sigilosas, sendo desnecessária a identificação pelo nome.
4. A pesquisa envolve um único encontro com você. Neste momento, uma aluna do mestrado em Psicologia (Thais Ramos de Carvalho) estará sempre presente no local. A orientadora do projeto, Elizabeth J. Barham (Psicóloga, CRP 06/60032-2) está disponível para dar assistência, caso surja alguma necessidade.
5. Sinta-se a vontade para fazer qualquer pergunta sobre o procedimento e a pesquisa, antes, durante ou depois desse encontro.
6. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo à sua relação com a pesquisadora ou com a UFSCar.
7. Todas as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. No caso da divulgação dos dados em publicações científicas ou em apresentações, será atribuído um nome fictício ou código para que seu sigilo seja garantido e não serão divulgados dados que possam identificá-la.
8. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da aluna pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Thaís Ramos de Carvalho
Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP-310
São Carlos/SP
CEP 13565-905
Telefone: (16) 9 8173-5633
E-mail: thais_rcarvalho@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de 2014.

Assinatura da participante

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Versão dos pais

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa “*Um instrumento psicométrico de coparentalidade: adaptação transcultural e evidências iniciais de validade interna*”.
2.
 - a. Você foi selecionado por ser pai de uma criança com idade entre 3 e 6 anos e por conviver com esta. Sua participação não é obrigatória.
 - b. O presente estudo tem como objetivo avaliar o quanto os casais brasileiros conversam e planejam juntos os cuidados com os filhos. Além disso, objetiva-se investigar o quanto esses casais acreditam que ter os dois pais participando, o que chamamos de coparentalidade, é adaptativo para lidar com o papel parental nos tempos atuais.
 - c. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um instrumento sobre coparentalidade e, para cada item, dar exemplos que justifiquem a sua resposta. Além disso, responderá a um questionário contendo algumas perguntas sobre seu perfil sociodemográfico.
3. Sua participação na pesquisa pode gerar algum desconforto ou constrangimento, já que podem ser levantados para reflexão alguns pontos negativos que existem na forma como você e a mãe da criança se relacionam para cuidar de seu filho. Porém, essa reflexão pode te ajudar a analisar o modo como você interage com a mãe da criança, levando à busca por soluções, assim como melhores formas de se lidar com alguma situação difícil. Além disso, sua participação é muito importante para um melhor entendimento das habilidades que os casais estão desenvolvendo para se relacionar, um com o outro, nas questões que envolvem os cuidados dos seus filhos.

Buscando evitar qualquer tipo de risco, tomamos os seguintes cuidados:

 - As aplicações dos instrumentos serão feitas em ambiente com privacidade e com o mínimo movimento de pessoas não envolvidas na pesquisa;
 - As respostas dadas aos instrumentos serão totalmente sigilosas, sendo desnecessária a identificação pelo nome.
4. A pesquisa envolve um único encontro com você. Neste momento, uma aluna do mestrado em Psicologia (Thais Ramos de Carvalho) estará sempre presente no local. A orientadora do projeto, Elizabeth J. Barham (Psicóloga, CRP 06/60032-2) está disponível para dar assistência, caso surja alguma necessidade.
5. Sinta-se a vontade para fazer qualquer pergunta sobre o procedimento e a pesquisa, antes, durante ou depois desse encontro.
6. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo à sua relação com a pesquisadora ou com a UFSCar.
7. Todas as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. No caso da divulgação dos dados em publicações científicas ou em apresentações, será atribuído um nome fictício ou código para que seu sigilo seja garantido e não serão divulgados dados que possam identificá-lo.
8. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da aluna pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Thaís Ramos de Carvalho
Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP-310
São Carlos/SP
CEP 13565-905
Telefone: (16) 9 8173-5633
E-mail: thais_rcarvalho@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do participante



Algumas informações sobre família e a Coparentalidade



Thaís Ramos de Carvalho
Agosto - 2014



Mudanças nas famílias

Ao longo dos últimos 40 anos, ocorreram diversas mudanças no papel social de homens e mulheres. O modelo da geração anterior, no qual a maior parte dos homens trabalhava fora de casa, sendo os provedores únicos da família, enquanto as mulheres casadas, via de regra, cuidavam da casa e dos filhos, foi substituído por um modelo no qual tanto homens quanto mulheres trabalham fora e cuidam da casa e dos filhos.

As mudanças nos papéis sociais das mulheres culminaram em uma maior participação destas no trabalho remunerado fora do lar, e em uma consequente demanda para uma maior participação dos homens na divisão do trabalho familiar.

No entanto, o modelo que esses casais tinham como exemplo, que era o modelo dos seus próprios pais, era o modelo de homem provedor e mulher dona de casa. Ou seja, os novos pais precisaram usar estratégias novas para a divisão de tarefas com o cônjuge.



Neste contexto, surgiu um novo padrão de interação entre os pais e as mães para atender às necessidades dos filhos, conhecido como **coparentalidade**, que se refere às maneiras como os pais (ou outras figuras parentais) se relacionam entre si para criar as crianças. A coparentalidade ocorre quando os indivíduos têm sobreposição ou responsabilidade compartilhada na criação de uma criança, e consiste no apoio e coordenação (ou falta dela) que as figuras parentais apresentam na educação da mesma.

No entanto, por ser uma situação nova, essa necessidade de redivisão de tarefas acabou gerando dificuldades para o casal. Quando o casal não consegue desenvolver estratégias construtivas para lidar com as novas demandas de divisão de tarefas, ter um filho pode se tornar um desencadeador de conflitos conjugais.

Impactos para os filhos

A coparentalidade influencia no desenvolvimento dos filhos, sendo que um melhor

relacionamento entre os pais gera ganhos para as crianças. Além disso, um melhor relacionamento entre os pais contribui para o bem estar dos membros do próprio casal.

Os pais e as mães, por serem os elementos-base da família e, por isso, estruturarem as relações familiares, têm uma grande influência no desenvolvimento de todos os membros da família, especialmente no desenvolvimento dos seus filhos. A coparentalidade é, muitas vezes, considerada o principal preditor do ajustamento psicológico tanto das crianças quanto dos pais, além do funcionamento familiar.

Em relação aos filhos, sabe-se que a capacidade de lidar com as mudanças que vem ocorrendo nos papéis materno e paterno influenciam de forma direta o cuidado e o desenvolvimento dos mesmos. O modo como a mãe e o pai se relacionam entre si influencia no desenvolvimento dos filhos porque eles aprendem, observando os pais, habilidades para conviver em família e para conviver em



sociedade, as quais afetam a construção do autoconceito (como a criança se vê) e da autoestima da criança. Isto, por sua vez, afeta as relações desta criança com outras pessoas.

Além do envolvimento direto de cada um dos pais com os filhos, o suporte emocional que os maridos oferecem às suas mulheres, e vice versa, contribui para que os filhos do casal tenham um desenvolvimento mais saudável, uma vez que esse suporte auxilia na manutenção do bem estar dos pais.

Em relação à satisfação conjugal, ela costuma ser associada a uma coparentalidade de melhor qualidade. Casais felizes têm sentimentos positivos um sobre o outro, e esse carinho e afeto contribuem para que um apoie o outro no seu papel de pai e para que ambos trabalhem cooperativamente na criação dos filhos.

Como desenvolver a coparentalidade

Para que os membros de um casal consigam trabalhar bem, juntos, em relação aos cuidados com os filhos, é necessário que ambos reflitam sobre como interagir bem, um com o outro,

visando maximizar o desenvolvimento da criança. Assim, é importante aprimorar as habilidades de comunicação com o parceiro sobre a criança para combinar mudanças, visando resolver dificuldades que possam surgir por parte da criança, da mãe ou do pai.

Referências bibliográficas principais: Feinberg, 2002; Florsheim et al., 2012; Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013; Machado, 2009; Morrill, Hines, Mahmood, e Córdova, 2010; Vanalli, 2012.

Leituras adicionais:

Brooks, R. & Goldstein (2005). *Criando e Educando Filhos*;
Gino, H. H. (2004). *Entre Pais e Filho*;
Gottman, J. & Declaire, J. (2001). *Inteligência Emocional e a Arte de Educar Nossos Filhos*;
Lansky, V. *1001 Maneiras de ser um Papai Especial*. Tradução de Nancy Capretz B. de Silva;
Monbourquette, J. (2001). *ABC da Comunicação Familiar*